

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

TRABALHADORES RURAIS SEM TETO



LUTAS POR MORADIA NA CIDADE DE CAMPINA VERDE-MG

Loteamento Jovina de Oliveira, Campina Verde – MG, 1998 / 2009

MARCOS VINÍCIUS DUARTE GUIMARÃES

3909 S.9(c)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

TRABALHADORES RURAIS SEM TETO

LUTAS POR MORADIA NA CIDADE DE CAMPINA VERDE-MG

Loteamento Jovina de Oliveira, Campina Verde – MG, 1998 / 2009

MARCOS VINÍCIUS DUARTE GUIMARÃES

MARCOS VINÍCIUS DUARTE GUIMARÃES

TRABALHADORES RURAIS SEM TETO

LUTAS POR MORADIA NA CIDADE DE CAMPINA VERDE-MG

Loteamento Jovina de Oliveira, Campina Verde – MG, 1998 / 2009

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob orientação do Prof. Dr. Antônio de Almeida.

Uberlândia, julho de 2009.

GUIMARÃES, Marcos Vinícius Duarte. (1984)

Loteamento Jovina de Oliveira, Campina Verde – MG, 1998/2009.

Marcos Vinícius Duarte Guimarães – Uberlândia, 2009.

56 páginas

Orientador: Antônio de Almeida

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia.

Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

Sonho, lutas, moradia

MARCOS VINÍCIUS DUARTE GUIMARÃES

TRABALHADORES RURAIS SEM TETO

LUTAS POR MORADIA NA CIDADE DE CAMPINA VERDE-MG

Loteamento Jovina de Oliveira, Campina Verde – MG, 1998 / 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio de Almeida. (Orientador) - UFU

Prof. Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira

Prof. Ms. Edeilson Matias Azevedo

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, a minha avó, aos meus irmãos, a minha namorada e família além de amigos que de uma maneira ou outra me incentivaram a prosseguir e a refletir sobre os movimentos sociais.

AGRADECIMENTO

Ao Prof. Dr. Antônio de Almeida, pois além de orientador me mostrou muito como ser um professor amigo e humilde, que sabe ouvir e falar.

Aos amigos Daniel Santos e Alexandre Azambuja por serem exemplos de dedicação, amizade, honestidade, companheirismo, etc...

Aos trabalhadores "sem-teto", do loteamento Jovina de Oliveira pelo carinho e atenção a mim dedicada.

Ao meu pai Vicente Guimarães de Freitas, a minha mãe Maria Conceição Duarte Guimarães e à minha namorada Hélida Nunes de Souza, por sempre sonharem comigo.

RESUMO

O presente trabalho constitui-se a partir de uma reflexão e análise da trajetória dos trabalhadores sem-teto, no município de Campina Verde-MG, desde 1998 até os dias atuais, buscando demonstrar as lutas vivenciadas por estes para a obtenção de lotes e posteriormente casas para morar. Visto que após a obtenção e conquista destes lotes os trabalhadores viram se com vários outros problemas e dificuldades de permanência nestes como por exemplo, falta de asfalto, saneamento básico, energia dentre outros que foram enfrentados e combatidos pelos moradores do loteamento e atualmente Bairro Jovina de Oliveira. Portanto vários trabalhadores sem condições de construir e vivenciando preconceitos tiveram que ,obrigados nas muitas das vezes, venderem ou alugarem seus lotes e residências, acabando assim com os sonhos de alguns de terem sua casa própria.

Para isso procurarei analisar o processo de implantação de projetos para a obtenção de moradias no Brasil e junto a isto analisar em Campina Verde, os meios pelos quais os trabalhadores sem-teto ocuparam o terreno que até então era da COHAB (Companhia de Habitação) e que voltou a ser da prefeitura municipal, para assim tornarem propriedades dos trabalhadores. Porém neste meio tempo muitos entraves foram feitos, dificultando que estes não conseguissem uma melhor qualidade de vida.

Para organizar esta reflexão e análise procurarei os documentos escritos e fontes orais com relatos sobre este processo além de uma bibliografia que me forneça alicerce para debater e criticar se preciso além de refletir e analisar, dentre os quais cito Marc Bloch, Eric Hobsbawn, Raphael Samuel, Maria Célia Paoli, Antônio Severino Muniz, Antônio de Almeida, entre outros.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO I - MINHA CASA MINHA VIDA.....	17
1.1 Breve descrição da regulamentação do espaço urbano no Brasil.....	20
1.2 A cidade de Campina Verde frente à realidade nacional.....	22
1.3 Ocupação do Loteamento Jovina de Oliveira e seleção dos moradores.....	25
CAPITULO II - CONQUISTAS E DIFICULDADES NA CONSTRUÇÃO DE UM BAIRRO.....	34
2.1 As dificuldades com falta de auxílio público.....	44
2.2 Vendas e aluguéis de casas e lotes.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
FONTES ORAIS/ ENTREVISTAS.....	53
FONTES ESCRITAS/ DOCUMENTOS.....	53
SITES PESQUISADOS.....	54
JORNAIS PESQUISADOS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

INTRODUÇÃO

Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, especialmente alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários
(Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948)

Segundo Friedrich Engels, a habitação é uma necessidade básica do ser humano e por isso é condição para a reprodução da força de trabalho, mas é também um bem, sendo no sistema capitalista tratada como mercadoria. Como se nota, a problemática da habitação não é recente, em pleno século XIX o autor a tinha como alvo de suas preocupações argumentando que, no sistema capitalista, a habitação é uma mercadoria como tantas outras. Nessa perspectiva, a produção da habitação visa o lucro, seja por meio da venda da propriedade ou da venda de seu uso, o aluguel. Para Engels, não existe uma crise da habitação em si, visto que a impossibilidade de acesso à moradia por parte das pessoas é dada como consequência do modo de produção capitalista, incapaz de fornecer moradia em número suficiente e qualidade satisfatória para a totalidade da população. Isso provocaria a exploração imobiliária, o que leva Engels a deduzir que a solução do problema implicaria a eliminação do capitalismo que é o grande responsável por tais males referentes não apenas a habitação, mas, também, a vários outros fatores que afetam principalmente as classes trabalhadoras das sociedades.¹ Ou seja, a questão da habitação é apenas mais um ponto de conflito de interesses de classe, mais uma batalha no interior da grande guerra entre capital e trabalho inerente ao sistema.

Assim sendo, em que pese o fato da Constituição Federal do Brasil assegurar o direito de todos à moradia², diante das constatações de que a moradia é uma mercadoria capitalista e que, conseqüentemente, com tal é também alvo de lucratividade, o que resta aos setores pobres da sociedade é lutar por algo que está contido nos seus direitos.

Nessa direção, as lutas dos trabalhadores sem-teto, no Brasil, estão inseridas no rol das ações desenvolvidas pelos movimentos sociais existentes no país, os quais, cada vez mais, principalmente a partir da década de 1990, vêm ganhando espaço em debates,

¹ ENGELS, Friedrich. **Questão do alojamento**. Lisboa, Dinalivro, s. d. (Textos Políticos, 14).

² Capítulo II – Dos direitos sociais. Art. 6. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo. Saraiva, 1995.

na mídia nacional e internacional visto que tais movimentos demonstram as desigualdades existentes nas sociedades, revelando os problemas enfrentados por pessoas que não têm condições de terem sequer um teto para morar e abrigar suas famílias.

E tal movimento ganha mais destaque na medida em que atinge diretamente interesses capitalistas privados das áreas urbanas.

No Brasil, principalmente nos grandes centros onde há muita especulação imobiliária, as propriedades estão concentradas nas mãos de uma quantidade mínima de pessoas que ocupam cada vez mais espaços causando uma grande densidade demográfica em pequenas áreas. Com isso, tem surgido a verticalização dos imóveis – como é o caso dos condomínios verticais, comércios, shoppings, etc. – demonstrando assim o quão as propriedades passam a ser organizadas de forma capitalista, facilitando os mecanismos de concentração de capital em espaços muitas vezes não tão extensos.

Outro fator que está associado a essa lógica capitalista, diz respeito às reestruturações urbanísticas das cidades, sobretudo nos grandes centros, onde o que se vê é uma periferia cada vez mais pobre, com seus moradores marginalizados, por vezes tratados como portadores de alta periculosidade, visto que são estereotipados de favelados, drogados, bandidos.

No início do século XX nosso país passou por um processo de reordenação nos moldes europeus, fazendo com que nossas cidades fossem reestruturadas e passassem a incorporar o que era entendido como modernização. Isso gerou revoltas, como, por exemplo, a Revolta da Vacina ocorrida no Rio de Janeiro, mostrando que o problema da habitação no Brasil não é recente, vem de um processo histórico onde os dominantes sempre se beneficiaram e os “dominados” sempre lutaram para não ficar a mercê deste processo, como é o caso dos Movimentos Sociais dos Sem-Teto em nossos dias.

Esse desenvolvimento industrial dos grandes centros, além de expulsar os pobres para as periferias das cidades, provoca o desemprego, fome, miséria, que, ao submeter os moradores às condições precárias de sobrevivência contribui para que alguns busquem na criminalidade um caminho para terem o que comer e alimentar, ainda que precariamente as suas famílias, visto que se encontram às margens da educação, saneamento básico, saúde e transporte. Portanto, ter um teto para morar é um dos fatores que levam tais excluídos a se organizarem em torno do Movimento dos Sem-Teto, pois esta é uma forma de construir uma vida mais justa e humana para se viver.

Cabe ressaltar, porém, que tais Movimentos Sociais não são verificados apenas nos grandes centros, mas, também, em pequenas cidades, o que demonstra que as mazelas existentes em nosso país afetam tanto pessoas que vivem em cidades industriais como, também, os moradores das cidades interioranas onde a vida é tida como “melhor” e mais fácil de viver o que, não é verdade, pois as desigualdades e falta de oportunidades acontecem e ocorrem em todos lugares do globo, sem distinção.

E este é o caso da pequena cidade de Campina Verde, situada no pontal do Estado de Minas Gerais, local onde foi desenvolvido o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto que culminou com a formação do Bairro Jovina de Oliveira, objeto desta pesquisa.

Entre os objetivos deste trabalho, está o de procurar fazer uma análise do movimento que foi colocado em prática por alguns moradores daquela cidade, os quais, em busca de um ideal de melhoria nas condições de vida, se organizaram com vista a conquistar o direito a moradia, saneamento básico e saúde, dentre outros benefícios sociais. Nesse aspecto, o que se constata é uma clara falta de decisões, por parte dos nossos governantes, em sanar essas necessidades que afetam a população brasileira, mazelas essas a que estão expostos, sobretudo, os setores pobres da sociedade. Talvez, isso ajude a explicar as várias frentes de movimentos sociais, como a luta dos sem-teto, que se fazem presentes, de forma crescente, em vários pontos do país, como é o caso de Campina Verde no estado de Minas Gerais.

A melhoria nos indicadores sociais de uma sociedade, como moradia, água encanada e tratada, energia, saneamento básico, entre outros, tem relação direta com a diminuição dos quadros de marginalização, nos quais, geralmente são atiradas as pessoas que estão alijadas de tais direitos. Com um teto para morar, os trabalhadores se sentem mais dignos e descansados para trabalhar, procurar serviço e criar os seus familiares. Além disso, ao ter acesso a um emprego, as pessoas movimentam o comércio local das cidades, gerando assim mais renda para o município que culminam com empregos para mais pessoas além de melhores salários para a sobrevivência das famílias. Uma pessoa que tem onde morar, onde abrigar-se e descansar, é útil, inclusive, para o mercado de trabalho capitalista, situação inversa para aqueles que se encontram desempregados e no ócio, visto que, em tal situação, não são poucos os que, sem capacidade para consumir, muitas vezes procuram a marginalização como meio de sobrevivência.

Muito comumente, são difundidos preconceitos contra os movimentos dos sem-teto passando-se uma imagem de que os mesmos são compostos por integrantes que não têm o que fazer e que vivem na marginalidade, que querem uma vida fácil e sem trabalho. Quando se analisa de perto a realidade dessas pessoas, como foi o caso desta pesquisa, a situação é bastante diferente no que diz respeito a sua grande maioria. Ao contrário do que se afirma, os trabalhadores tendo onde se abrigar, longe de serem problemas para a sociedade são propulsores do desenvolvimento. Por isso mesmo, refletir sobre a realidade dos moradores do Bairro Jovina de Oliveira, na cidade de Campina Verde, cujas moradias são fruto do Movimento Social dos Sem-teto, foi uma das motivações para realização desta pesquisa.

No desenvolvimento da pesquisa, parti do entendimento de que este objeto de investigação não encerra um fato histórico pronto e acabado. Ou seja, o que se procurou ao longo do trabalho foi buscar uma leitura dessa realidade que possa contribuir para compreensão do objeto enfocado, em especial por tratar-se de uma localidade onde não existe trabalhos nessa área. Conforme salientou Jacques Le Goff,

O historiador preso entre seu engajamento pessoal e o dever profissional da objetividade tem muita dificuldade em conciliá-los honestamente. Mesmo se o passado desencadeia suas paixões, para ele é mais fácil tomar a distância, pois a distância do tempo está objetivamente presente. Esses problemas são particularmente delicados para a redação da história dos períodos muito recentes nos manuais escolares e em seu ensino³

Desde que nasci, moro na cidade de Campina Verde e, no decorrer do curso de História, foi me instigando a questão dos movimentos sociais, suas lutas, vivências e experiências obtidas através dos tempos. Este interesse despertou-me para o fato de que, na minha cidade, mesmo sendo de pequeno porte, houve o movimento dos trabalhadores sem-teto, o que demonstra que tais práticas não estão limitadas aos grandes centros urbanos, compondo as explicações contidas em livros ou alimentando o noticiário da mídia, embora eu não tivesse despertado para tais evidências até bem recentemente.

Ao escolher para esta monografia o estudo do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto na cidade de Campina Verde, estabeleci como recorte temporal um período que vai de 1998, momento em que as famílias ocuparam o terreno da prefeitura que era

³ LE GOFF, Jacques. **A visão dos outros: um medievalista diante do presente**. In: Questões para a história do presente. Agnes Chauveau, Philippe Tétat (organizadores) – Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.100

doado para a COHAB, até a atualidade. Este tipo de movimento social é bastante instigante para a análise, pois, como salienta Touraine,

(...) são frutos de uma vontade coletiva. Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, igualdade, e de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apela a modernidade, ou à libertação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios. Esses, movimentos, não seriam heróis coletivos, acontecimentos dramáticos, mas simplesmente parte do sistema de forças sociais dessa sociedade disputando, a direção de seu campo cultural. Ao mesmo tempo são as forças centrais da sociedade por serem sua trama, o seu coração. Suas lutas não são elementos de recusa, marginais à ordem, mas ao contrário de reposição da ordem, pois traz o ator social de volta.⁴

Mesmo tendo no Brasil cidades com uma alta tecnologia, sofisticadas industrialmente, inclusive, no setor de imóveis, o elevado déficit habitacional brasileiro é da ordem de 6,5 milhões de moradias⁵. Isso tem resultado em fortes pressões com vistas ao estabelecimento de políticas habitacionais que permitam a redução desta demanda. Parcelas do movimento, há algum tempo, vem incorporando práticas originárias do movimento dos trabalhadores sem-terra, em especial a ocupação de terrenos, prédios, condomínios não aproveitados ou destinados à especulação imobiliária. Isto, se verificou, também, em Campina Verde, pois, alguns moradores da cidade, inspirados no movimento sem-terra da região promoveram uma ocupação urbana, no ano de 1998. Estes fatores contribuem para entendermos os motivos que levam tais trabalhadores sem-teto a buscarem e organizarem movimentos objetivando ver realizado o “sonho” de moradia própria.

Contudo muitos dos que ingressam nestes movimentos não suportam o fardo de preconceitos em que são submetidos como também as pressões provenientes dos aparelhos repressivos do Estado e da sociedade capitalista, até porque as condições em que permanecem com suas famílias nos acampamentos não são adequadas, tendo muito desconforto e falta de condições próprias e higiênicas à sua sobrevivência. Além do que, até ocorrer as devidas legalizações, não apenas o Estado julga as ocupações qualificando-as como invasões de propriedade, mas também a própria sociedade censura, julga, critica o que está sendo feito e o que tem a ser feito pelos integrantes do movimento.

⁴ TOURAINE, Alan. **Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes**. In: Albuquerque, J. A. G. (org.) *Classes médias e política do Brasil*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.

⁵ Acesso dia 03/03/2009. Disponível em: www.terra.com.br/social

Como morador da cidade de Campina Verde, ao acompanhar os barracos sendo inicialmente montados e hoje constatar o Bairro Jovina de Oliveira construído com as lutas dos integrantes do movimento, tudo isto me instigou a melhor compreender a luta, experiências e vivências daqueles moradores. Diante dos estudos desenvolvidos, além da preocupação e respeito pelo movimento, também passei a reconhecer que a habitação além de dar conforto e dignidade às pessoas, gera renda e desenvolvimento para toda e qualquer cidade. Assim, algo que mereceu ser levado em conta na investigação diz respeito às condições sociais, econômicas e culturais que levaram estes trabalhadores sem teto a aderirem ao movimento. Porém não menos inquietantes são os fatores que levam tais trabalhadores, depois de conquistarem tão arduamente seus lares, a começarem a vender ou alugar seus terrenos e casas.

Questionando isto percebi que hoje grande parte dos lares conquistados passa do valor imaginário e social de uso para o valor de troca do mercado capitalista, ou seja, a luta que vários trabalhadores travam para conquistar sua casa, ou lote, contra os capitalistas se torna assim também alvo do capital. Assim, este é um dos grandes problemas a ser enfrentado pelo sistema de habitação no país, o qual, dentre outras providências, deveria formular regras e dispositivos mais concisos e rigorosos nas escriturações de casas e terrenos, não permitindo que moradores vendessem seus lotes ou alugassem suas casas. Desta maneira apesar de todas as adversidades vivenciadas por trabalhadores sem-teto, estes teriam pelo menos uma moradia observando os seus direitos e seus deveres enquanto cidadãos, ou seja, ter uma cidadania mais concreta e não apenas formal, que é o que temos observado não só no Brasil, mas em outras partes do mundo.⁶

O movimento dos Sem-Teto, dentre vários outros movimentos sociais existentes no Brasil, nos mostra que operários, desempregados e marginalizados, também, têm suas ideologias, aspirações e sonhos, demonstrando que unidos a tais aspirações estes se unem em movimentos para reivindicar os seus direitos sociais como moradia, educação, saúde, que muitas vezes lhes são negados. Por isso, como afirma Monteiro,

As pessoas alvo dos documentos oficiais devem ser procuradas para uma explicação dos acontecimentos, fugindo do discurso oficial dos documentos e das especificidades de quem entrevista ou do entrevistado, o lado “obscuro”, diferente, desconhecido, devem ser

⁶ MARSHALL, Theodor H. – *Cidadania, classe social e status*. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

ouvidos, e aquilo que não interessou quem escreveu os “marginalizados” tem de ser escutados pelo historiador.⁷

Embora muitos movimentos não acabam pelo simples fato de conseguirem seus terrenos, lotes ou casas, sendo que continuam progressivamente logo após tais realizações havendo assim toda uma gama de relações sociais, políticas, econômicas, que perpassam a construção das casas e do bairro, normalmente eles deixam de chamar a atenção passados os momentos mais conflituosos das ações. Exemplo disto são as ocupações que são acompanhadas pela imprensa, até porque, em muitos casos, ocorrem repressões violentas e nada amigáveis para com os trabalhadores sem-teto. O caso do despejo forçado no Parque Oeste, na cidade de Goiânia, reflete muito bem essa discrepância entre os direitos previstos e as possibilidades reais de acesso dos sem-teto aos mesmos. Esse caso tornou-se um dos exemplos mais emblemáticos de violações aos direitos humanos contra famílias em estado de vulnerabilidade social no país. No dia 16.02.2005, cerca de 15.000 pessoas que estavam residindo no Residencial Sonho Real (Parque Oeste) foram violentamente despejadas pela Polícia do Estado de Goiás. Durante o ato de despejo violento, foram mortos Pedro Nascimento Silva e Wagner da Silva Moreira, vários cidadãos ficaram feridos e mais de 800 pessoas foram detidas.⁸

A luta dos sem-teto tem sido o centro de muitas atenções: da imprensa, de pesquisadores de entidades populares, de organizações sociais de apoio, etc... Mas, tem tido “especial” atenção dos serviços de repressão oficial, a favor dos que não toleram esse tipo de ação, como é o caso das elites nacionais e de muitos agentes que ocupam postos de direção no Estado.

Na condição de pesquisador, ao estudar esse movimento, inspirado na fala de Maria Célia Paoli, um dos desafios enfrentados foi o de

(...) fazer com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica. Por esta via, pode-se constituir uma política de preservação (e um historiografia) que deverá ter em mente o quanto o poder desorganizou a posse de um sentido das participações coletivas, destruindo a possibilidade de um espaço público diferenciado.⁹

⁷ MONTEIRO, Lucas de Sales. **Vivências e expectativas no bairro Luizote de Freitas: sonhos, experiências e relações sociais de seus moradores** (1980-1985). Projeto de Monografia, Universidade Federal de Uberlândia – 2003.

⁸ Acesso dia 25/01/2009. Disponível em www.google.com/espacoacademico

⁹ PAOLI, Maria Célia. **Memória, história e cidadania: o direito ao passado**. In: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA/DEPARTAMENTO DO

Ao longo do texto, procurarei mostrar lutas, reivindicações, e experiências as quais os trabalhadores sem-teto, objeto desta pesquisa, se envolveram. Como fontes, utilizei-me de documentos escritos e de relatos, procurando extrair dessas evidências aquilo que se manifesta de forma explícita ou implícita.

Dentre as constatações, ficaram evidentes muitas dificuldades dos moradores em permanecer nos lotes conquistados. Elas passam pelos enfrentamentos vivenciados para verem supridas as necessidades básicas, mas, também, pela falta de coletividade na permanência e nas práticas em grupo para a defesa do movimento junto aos órgãos do Estado e da sociedade. Por isso mesmo, muitos desistem da luta, não agüentando a carga de preconceitos e dificuldades, e desta maneira, vendem os lotes, alugam, enfim abandonam o que significou uma árdua luta para conseguir.

Agindo dessa forma, passam a ser alvo das críticas veiculadas pela imprensa, onde as argumentações tentam convencer de que um imóvel que poderia ser aproveitado dentro das regras estabelecidas pelo capitalismo se torna alvo de ações ilegais, além dos “invasores” não cumprirem a finalidade para qual foi destinado, ou seja, a moradia.

Partindo da compreensão de Marc Bloch de que “(...) a matéria dos historiadores é a pesquisa, levantar problemas que também são problemas de uma sociedade”¹⁰, nós historiadores temos que ter responsabilidade social em nossas pesquisas, e assim verificarmos até que ponto o estilo de vida dos trabalhadores assentados mudou, se mudou para melhor ou pior, se eles se sentem realizados ou não, o que falta, o que tem em excesso dentre outros fatores. E nas palavras de Hobsbawm “o historiador dos movimentos populares não pode ser um positivista antiquado”¹¹, ou melhor e resumidamente, não podemos defender e pesquisar apenas o que dizem as classes tidas como dominantes, e também a visão dos documentos tidos como oficiais.

Partindo desta análise, utilizei-me de depoimentos orais “não apenas de trabalhadores sem-teto, mas sim de trabalhadores com teto para morar e cuidar de seus familiares”, com pessoas da sociedade como, por exemplo, algumas autoridades locais, governantes no período de 1998 e nos dias atuais. Quanto a documentação escrita pautei-me em Atas do movimento MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) da cidade de Campina Verde, bem como reivindicações por parte destes quanto as questões

PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, 1991, p. 27.

¹⁰ BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações. Europa-América, 1974.

¹¹ HOBBSAWN, Eric. *Sobre História (Ensaio)*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 225

do assentamento e formação do bairro, além de variadas fotos de antes, durante, e depois da ocupação do terreno da prefeitura que havia sido doado a COHAB, para loteamentos. Além disso, documentos de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), jornais, revistas e Internet também foram utilizados por mim em uma observação e análise.

A História Oral e Local muitas vezes foi e é criticada pelo fato de as pessoas ouvidas, os entrevistados, falarem apenas fatos e processos que se responsabilizem por suas situações, como também muitas vezes ocultarem fatos vivenciados. Porém na busca em compreender as condições que levaram os hoje moradores do bairro a formar o movimento dos Sem-Teto e as várias discrepâncias ocorridas, desde os barracos iniciais às casas de hoje, bem como suas relações sociais entre si e com moradores de outros bairros, os depoimentos colhidos foram de grande valia. Seguimos, aqui, a perspectiva de Le Goff, de “compreender o presente pelo passado” e correlativamente o “passado pelo presente”¹². Nessa mesma linha, Raphael Samuel nos diz que “a História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito mais imediata do passado”.¹³

Assim, para Samuel,

A evidência oral é importante não apenas como uma fonte de informação, mas também pelo que faz para o historiador que entra no campo como um fiscal invisível. Pode ajudar a expor os silêncios e as deficiências da documentação escrita e revelar ao historiador (...) O tecido celular ressecado que, quase sempre, é tudo o que tem em mãos.¹⁴

Este trabalho tem a pretensão de refletir sobre as várias discrepâncias e dificuldades vivenciadas e encontradas pelos trabalhadores sem-teto para terem o direito à moradia, tão sonhada por vários destes. Assim no primeiro capítulo procurei buscar os motivos pelo qual no Brasil, há tanta desigualdade relativo a moradia e alguns fatores históricos que contribuíram para que tantas pessoas optassem em aderir aos movimentos

¹² LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da História, ou , O Ofício do Historiador**. Tradução de André Telle. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira de Lília Moritz Shwarcz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2001, p. 25.

¹³ SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. ANPUH/Marco Zero, v.9, n. 19, set/1989/fev. 1990. pp. 219-243.

¹⁴ SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero/NAPUH, número 19, p. 237, 1990. p. 237.

para a obtenção de seus direitos como a moradia, fazendo uma análise e crítica aos governantes que propõem lares para todos mas que na realidade não é assim que acontece. Nesse linha, procurei demonstrar as lutas travadas pelos moradores na cidade de Campina Verde para a obtenção dos lotes e posteriormente para a permanência e construção nestes loteamentos conquistados, mostrando que apesar de ser um município pequeno a cidade também revela mazelas semelhantes às vividas por outros pobres em nosso país. Sendo assim, procurarei dar voz aos trabalhadores, mostrando suas trajetórias de lutas que não acabaram pelo simples fato da construção de seus lares e do Bairro Jovina de Oliveira. No segundo capítulo eu procuro refletir sobre o porquê de muitos assentados não permanecerem em seus lotes ou casas, buscando compreender os mecanismos que estão contribuindo para que estes passassem a vender e alugar seus lotes e casas que com tanta luta foram conquistados.

CAPÍTULO I

MINHA CASA, MINHA VIDA

O governo federal lançou através da mídia e da propaganda oficial, o programa “Minha casa, Minha vida”, que segundo este mesmo governo pretende construir um milhão de moradias nos próximos anos no país visando, assim, diminuir o déficit habitacional das famílias brasileiras que têm renda até dez salários mínimos. Um questionamento que se coloca diz respeito ao fato de que, como grande parte da população pobre brasileira mal consegue sobreviver com os salários que recebe, como alguém conseguiria construir uma casa própria nessas condições?

Segundo reportagem, a proposta da ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, é a de que os estados das regiões Sudeste e Nordeste devem receber o maior volume de subsídios federais para construção de moradias. Ou seja, a distribuição do número de residências construídas vai respeitar a distribuição do déficit habitacional do país, atualmente estimado em 7,2 milhões de moradias. Desta forma, 37% das novas casas serão financiadas no Sudeste, 34% no Nordeste, 12% no Sul, 10% no Norte e 7% no Centro-Oeste.¹⁵

O FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) segundo a propaganda oficial deve liberar aproximadamente 4 bilhões para a realização do plano de habitação aos trabalhadores que quiserem e decidirem utilizá-lo. Os recursos serão utilizados para financiar a compra de imóveis para famílias com renda superior a três salários mínimos. Para as famílias com renda mensal de zero a três salários mínimos a compra será totalmente subsidiada com recursos do Tesouro Nacional.

Apesar da importância social dessa decisão governamental, muitas pessoas, acostumadas com as promessas dos políticos brasileiros que não são cumpridas, vêem mais essa iniciativa com desconfiança. Afinal, quais são os reais interesses por trás da propaganda oficial do plano “Minha casa, Minha vida” e até que ponto essa denominação realmente traduz uma perspectiva de nova vida para quem deseja um lar para se abrigar e viver com a família?

Com base nos dados apresentados pela Fundação Getulio Vargas (FGV), esse pacote habitacional deve gerar cerca de 532 mil empregos e crescimento adicional de 0,7 pontos percentuais no Produto Interno Bruto (PIB), enquanto que as liberações para saneamento básico e melhoria do transporte devem criar 260 mil vagas de trabalho até o fim do ano de 2010, com crescimento adicional de 0,3 pontos percentuais do PIB. Ou seja, como já foi falado anteriormente neste trabalho, na medida em que novas

¹⁵ Disponível em: www.terra.com.br/noticias Acesso: 25 de março de 2009

residências forem sendo construídas, isso contribuirá para a geração de novas fontes de renda para a população, influenciando, conseqüentemente, na redução do desemprego e da criminalidade. Ou seja, essas são medidas que beneficiam não apenas as pessoas que estarão trabalhando diretamente nas obras “prometidas em tese e teoria” pelo governo, mas, também, todos os moradores que terão um teto, abrigo e aconchego para morar. Com isso, enfrenta-se um grave problema social existente no país, uma vez que o aumento da desigualdade social reduz a instabilidade social e política, pois estas são alimentadas pelo descontentamento da população. Por isso mesmo, supõe-se, que seja também de interesse das elites que os planos governamentais sejam realmente cumpridos.

De modo geral, famílias mais pobres tendem a apresentar um gasto com moradia (como proporção da renda) superior ao de famílias de classe média e alta. Segundo a pesquisa de orçamento familiar (POF-96) do IBGE, por exemplo, enquanto os gastos com habitação correspondem a 24,9% dos gastos das famílias com rendimento familiar inferior a dois salários mínimos, essa proporção é declinante segundo a renda, atingindo 17,7% para as famílias com renda familiar superior a trinta salários mínimos. Como conseqüência, a renda disponível para o consumo de alimentos e outros bens e serviços é proporcionalmente menor, contribuindo para o empobrecimento relativo dessas famílias. Em outras palavras, ao contrario do que se poderia imaginar, a segregação da população em favelas e periferias – em média – não contribui para contrabalançar a regressividade dos custos de moradia, provavelmente devido à escassez de espaço disponível (ao preço que essas famílias podem pagar) e conseqüentemente aumento de seu custo relativo.¹⁶

Diante de tais fatos é conveniente, mesmo para as classes dominantes e elitistas, caminhar para a construção de moradias no país, apresentando assim conjuntamente um desenvolvimento econômico, social e político e possibilitando uma melhor redistribuição de renda, na medida em que coloca os mais pobres aptos ao mercado de trabalho e de compra e venda de produtos.

Mesmo assim, os conflitos entre os movimentos sociais de moradias, de reforma agrária, de estudantes e outros, no Brasil, com representantes governamentais ou com setores das classes dominantes são claros exemplos dos descontentamentos sociais existentes no país.

¹⁶ TORRES, Haroldo da Gama. **Segregação Residencial e Políticas Públicas**. São Paulo: Publicações. Revista brasileira de ciências sociais, 2003.

1.1 Breve descrição da regulamentação do espaço urbano no Brasil

As raízes das irregularidades, na ocupação do uso do solo urbano no Brasil, têm se consolidado ao longo da sua história de urbanização. Após a abolição da escravatura, e com a chegada dos imigrantes, o país passa a contar com um excedente populacional. Parte dessa mão de obra é absorvida pela indústria. Nesse início de industrialização, tanto a população expulsa do campo quanto a empregada na indústria, mas sem condição de pagar aluguel, incrementava a classe dos excluídos, que habitava também as áreas insalubres.

A partir da década de 1960, com a implantação do regime militar no Brasil, vemos uma tentativa de modernização do país com a busca por capital estrangeiro. Sem levar em consideração o ônus de tal decisão, os responsáveis pelo Estado brasileiro não mediram conseqüências para alcançar um crescimento industrial estimulado pelo capital estrangeiro, fomentando assim as irregularidades e desigualdades vivenciadas principalmente pelos mais pobres. Estes, não absorvidos pelas atividades industriais, se viram à margem dos benefícios desse desenvolvimento propiciado pelo capital, se aglomerando nos centros urbanos de forma desordenada, muitas vezes sem ter sequer onde morar.

Acentua-se, assim, o conflito entre a cidade dita regular e a cidade irregular, sendo que uma das estratégias políticas adotadas pelos militares para amenizar em nível nacional este conflito, foi a criação do Sistema Financeiro de Habitação – SFH juntamente com o Banco Nacional de Habitação – BNH, instituições que, de certa forma, contribuíram para a consolidação do mercado imobiliário urbano.

Porém, essas iniciativas evidentemente não sanaram o problema relativo à falta de moradias e, objetivando uma solução para esse grave problema surgiram diferenciados movimentos sociais empreendendo diferentes formas de luta. Como uma das respostas a esse tipo de demanda foi aprovada a Lei Federal nº 6799/79, que regulamentava o parcelamento do solo, criminalizava o loteador de áreas irregulares, sendo esta lei complementada no ano de 1999 pela Lei nº 9785/99, a primeira também chamada Lei Lehman, determinando toda uma estrutura básica para um loteamento urbano. Em seu artigo 6º explicitava a obrigatoriedade do município definir diretrizes para o uso do solo, o traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamentos urbanos e comunitários.

Já a Lei de 1999 dispensava o poder público, ou agente legalmente contratado, de apresentar título de propriedade definitivo para registrar um parcelamento popular em áreas desapropriadas pelo poder público. Outra significativa alteração era a permissão de financiamento habitacional ao portador do documento de direito de Concessão.

Algo que favoreceu os movimentos sociais na ocupação de loteamentos e terrenos foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual, redefiniu o direito de propriedade,¹⁷ possibilitando uma intervenção maior do Estado no domínio da propriedade privada, em que se privilegia o interesse coletivo, no que tange às questões urbanas.

A Constituição de 1988 possibilitou a segurança da posse da terra pelos moradores de assentamentos informais, ao incluir em seu artigo 6º a garantia a todo ser humano do direito à moradia no espaço da cidade. A Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, incluiu expressamente o direito à moradia no título dos Direitos e Garantias Fundamentais, além da educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

Porém a partir de 1988 a Caixa Econômica Federal (CEF) começou a ser mais rígida no que tange a concessão de créditos. Apenas os Estados mais ricos e portanto com melhores condições de negociarem os déficits públicos tiveram acesso aos recursos. Os programas da casa própria financiados pela Caixa Econômica Federal direcionaram-se para a classe média por se acreditar que aqui a inadimplência seria menor. A preocupação com a população com renda inferior a três salários mínimos passou a ser atribuição da Secretaria de Ação Comunitária (SEAC), que operava com sistemas alternativos de produção como o mutirão. Cresce a participação de Estados e municípios na implementação de políticas habitacionais. Porém aqui os mecanismos de alocação de recursos obedecem preferencialmente a critérios clientelistas ou a aliados do governo central.¹⁸

Enfim e apenas como complemento é válido ressaltar que dos anos 30 aos 80 as políticas habitacionais apresentaram como principal característica a centralização da captação de recursos, da elaboração dos programas habitacionais e da definição das prioridades na esfera do Governo Federal. Essa centralização das decisões e das iniciativas acirrou-se ainda mais durante o governo autoritário iniciado em 1964. Porém

¹⁷ Capítulo II – *Dos direitos de propriedade*, Art. 182 e 183 – Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1995.

¹⁸ BLOCH, Janaína Aliano. **O direito à moradia, um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – 2007.

se olharmos com mais cuidado observaremos que existia uma “descentralização relativa”, afinal, em nível local desenvolveram-se as Companhias Estaduais de Habitação (COHABs). Apesar dos Estados apenas executarem as decisões tomadas pelo Governo Federal, a experiência com as COHABs, muniram os governos locais de instrumentos, instituições e capacidades técnico-administrativas para orientarem posteriormente políticas autônomas na área habitacional.

Nos anos 80, a crise do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), deixaram uma imensa lacuna no que diz respeito às expectativas da população em realizar o sonho da casa própria. De 1986 a 1995, as incumbências relativas a questão social são sucessivamente delegadas a vários órgãos: Ministério do Interior, Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social.

Os Estados que com maiores potencialidades de capital, tidos como mais desenvolvidos, eram os mais beneficiados pelos programas de moradia, embora boa parte dos benefícios concentrava-se nos grandes centros. No caso do Estado de Minas Gerais, embora dotado das ditas COHABs, não estava correspondendo a demanda por construções. Este foi o caso da cidade de Campina Verde, que, por estar entre as mais pobres e localizada no interior ficava às margens de tais benefícios.

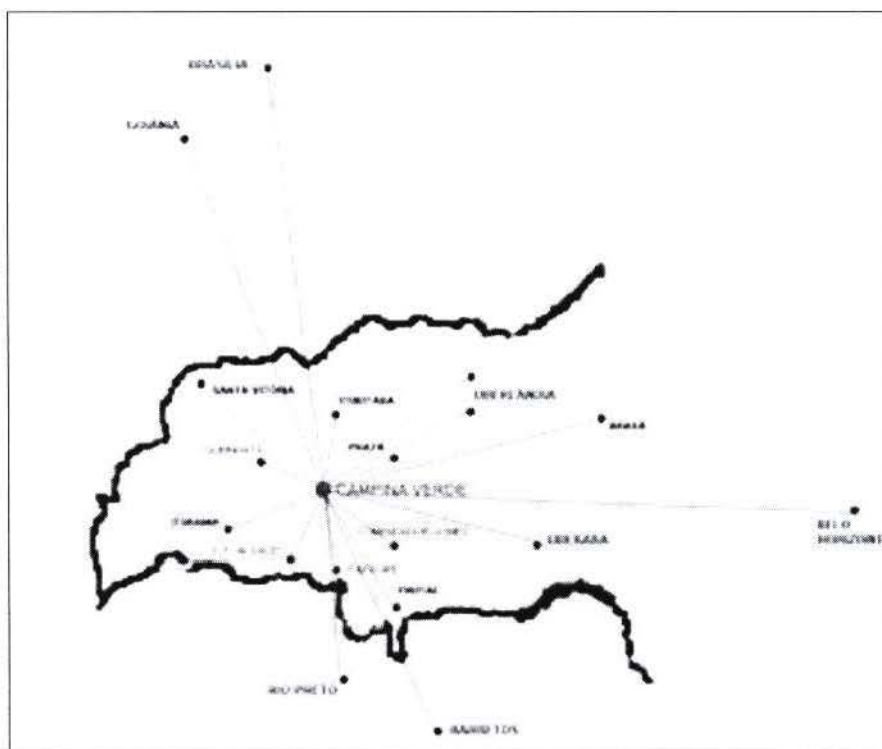
1.2 A cidade de Campina Verde frente a realidade nacional

Diante dos fatos que nos revelam a mídia e a imprensa colocando sempre em foco os grandes centros, como alvo dos acontecimentos, fica assim de difícil compreensão e aceitação mesmo pelo senso comum, acreditar que em um município pequeno possa acontecer movimentos sociais que expressem uma vontade coletiva da população em ter acesso ao que lhe é negado, seja em termos de moradia, saúde, alimentação, enfim, aos direitos de cidadania. Partindo da premissa de Walter Benjamin, quando diz que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele foi de fato”¹⁹, procuramos discutir como essa demanda por moradia têm

¹⁹ BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 224.

relações com os movimentos dos sem-teto, desenvolvidos no município de Campina Verde.

Esse município, localizado no Triângulo Mineiro, Minas Gerais, está circundado pelas cidades de Prata, Gurinhatã, Ituiutaba, São Francisco de Sales, Iturama, Itapagipe, Comendador Gomes, encontrando-se a 670 km de Brasília. Dentre os municípios próximos, a maior cidade da região é Uberlândia, distando 150 km.

Mapa da região de Campina Verde²⁰

Com a emancipação política de Campina Verde, a mesma foi então, desmembrada do município do Prata, por força do DECRETO LEI Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, concretizando definitivamente o ato através de Sessão Solene realizada em 1º de janeiro de 1939, nos termos da Ata publicada no “Minas Gerais”, ironicamente, no dia 1º de abril de 1939²¹. Com uma população estimada em 18.680 mil habitantes²², em 1º de abril de 2007. Com uma área de 3.663,42, o município está geograficamente situado entre as coordenadas 49º17’00” – 50º15’00” de longitude oeste e 19º09’00” – 19º47’00” de latitude sul.

²⁰ Mapa da região de Campina Verde. Disponível em: www.google.com.br. Acesso em: 25/05/2009

Por ser uma cidade com um pequeno número de habitantes, apesar de situar-se em um grande município em termos de território, é difícil de acreditar que a população sofra carência de moradias por falta de espaço, embora a realidade indique que várias famílias necessitam de moradia e não apenas moradia, como vários outros serviços e equipamentos coletivos, como veremos no decorrer deste trabalho. Foi a busca da população pelos seus direitos que redundou no Loteamento Jovina de Oliveira, objeto deste estudo. No que diz respeito às desigualdades sociais, a falta de emprego é algo corrente na Cidade. Como não existem grandes empresas, grande parte da população presta serviços na condição de diaristas. Sem condições financeiras para comprar um casa, terreno ou algo do gênero, grande número de pessoas vive de aluguel ou em casas de parentes.

O Loteamento Jovina de Oliveira, situava-se em um terreno doado à Cohab pela Prefeitura Municipal de Campina Verde, na gestão do prefeito Iron Caetano de Oliveira. A área doada continha toda uma infra-estrutura básica para a construção de um bairro, ou seja, água, esgoto, energia. Embora tudo isso já fizesse parte do Loteamento, não foi aproveitado pela Cohab na construção de lares, sendo que no ano de 1998 fazia aproximadamente 6 anos desta doação sem movimentação por parte do órgão Estadual. Por isso, a área foi denominada pelo Jornal Pontal de Campina, no ano de 1997, de “Braquiara Iluminada”²³, sendo esta uma crítica à administração municipal que nada fazia para habitação do Loteamento, ficando o mesmo tomado pelo mato sem nada ser feito.

A doação da prefeitura corresponderia a construção pela Cohab de aproximadamente 252 casas populares²⁴, embora até a data da ocupação não havia sido levantada nenhuma delas.

O senhor Ildo Arantes Coimbra afirmou que

(...) a Cohab ficou de posse de 308 lotes 10 anos e não construiu, as casas como era o compromisso que a Cohab tinha que construir a casas e repassar as famílias de Campina Verde, então com aquela pressão de várias famílias amontoadas com os seus familiares precisando de moradia criou se essa idéia através da nossa pessoa e demais companheiros que nos acompanharam nessa luta, hoje com onze anos de criar um Movimento para ocupar aquela área que pertencia à Cohab, e a gente sempre ressalta uma coisa, que é uma área que foi compro com o dinheiro do povo de Campina Verde, com

²³ Jornal Pontal – 02/12/97

²⁴ Jornal Pontal – 08/02/98

o dinheiro do contribuinte campinaverdense e porque não a Cohab ficou de posse tanto e tanto tempo e depois de tantos anos não construiu e tantas e tantas famílias pagando aluguel e muitas vezes morando com seus familiares de favor foi aí então que surgiu a idéia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Campina Verde em 98 (...)²⁵

1.3 Ocupação do Loteamento Jovina de Oliveira e seleção dos moradores

Com a repercussão não apenas no cenário nacional como também no cenário local do movimento dos sem-terra, no município de Campina Verde, este despertou o interesse por movimentos sociais por parte de uma parcela da população pobre que sem ter emprego e onde morar viu no Loteamento Jovina de Oliveira a possibilidade de um renda a mais, pois não necessitariam de pagar aluguel, como também a realização de um sonho da moradia própria almejada por tantos e porém tida por poucos, colocando assim em xeque as diferenças que aconteciam até mesmo em um pequeno município com tão poucos habitantes. Como consta da ata que constituiu do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto por 236 integrantes,

Aos vinte e três dias do mês de Janeiro de hum mil novecentos e noventa e oito, reuniram-se em Assembléia geral, às 18:00 horas à Rua 29 s/n., nesta cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais, com a finalidade de garantir moradia para os Trabalhadores Sem-Teto de Campina Verde., Estado de Minas Gerais. Após os debates sobre como conseguir moradias para os trabalhadores., amenizando a miséria em que vivem os trabalhadores do município decidiram por unanimidade ocupar o loteamento do Conjunto Habitacional Dna. Jovina de Oliveira, loteamento com toda a infra estrutura pronta há mais de seis anos para a construção de casas populares que nunca saíram do papel. Decidiram ainda eleger os coordenadores. Ildo Arantes Coimbra..., Gildeon Alves do Carmo..., Clayton Barbosa Souza..., Norberto Silva..., Ézio Alves Carmo..., Fábio Gomes Lima..., Marileide Gomes da Silva..., Luiz Carlos..., Donizete Bores..., (...)²⁶

O processo de ocupação do Loteamento Jovina de Oliveira se deu no dia 27 de janeiro de 1998 por volta das nove horas da noite. Segundo o Sr. Ildo Arantes Coimbra “a gente organizou mais de 200 famílias aí a gente fez a ocupação desta área”, sendo estes ligados ao MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

²⁵ Entrevista cedida ao autor em março de 2009

²⁶ Ata de fundação e constituição do movimento dos trabalhadores sem teto em Campina Verde/MG, lavrada em 06 de abril de 1998 pelo Cartório do 1º Ofício de Notas

O processo de ocupação foi feito basicamente por campinaverdenses oriundos, segundo relatos apresentados, de bairros pobres da cidade, em um ato pacífico, sem confrontos com a polícia ou com qualquer outro órgão estadual, municipal ou federal.

Os sem-teto estão sendo cadastrados pelo movimento e 370 famílias já se inscreveram na expectativa de que terão seu lote. Segundo um dos coordenadores do movimento, Luís Carlos Donizette Borges, será feita um triagem para saber quais as pessoas precisam realmente do terreno. O MTST recebe apoio do MST – Movimento dos Sem-Terra e nos próximos dias, estarão recebendo cestas básicas. A maioria dos acampados disseram estar desempregados e sem condições de pagar aluguel, e por, isso, ocuparam a área.²⁷

Segundo o Sr. Ildo Arantes Coimbra, em entrevista concedida a este autor no dia 11 de março de 2009, logo após a ocupação também já vieram os problemas, pois, como constatado, a área não pertencia mais a prefeitura e sim à Cohab havendo, porém, uma lei que assegurava a reintegração de posse por parte da Prefeitura de Campina Verde, caso as construções não fossem feitas. Ou seja, nas primeiras horas, segundo o entrevistado, vieram os primeiros problemas, e a primeira providência a ser tomada foi a de ir à sede da Cohab em Belo Horizonte para ver o que poderia ser feito em relação ao Loteamento Jovina de Oliveira e a recente ocupação.

(...) após a ocupação já vieram as questões de negociações. O que aconteceu nesta época? Nesta época a gente teve que ir até Belo Horizonte, porque não pertencia mais ao município de Campina Verde e sim pertencia à Cohab, e a gente foi lá com o presidente da Cohab na época o Reginaldo Braga Arcuri, a gente na época foi acompanhado do deputado federal Gilmar Machado, e negociando e mostrando pra eles que aquela área de posse deles da Cohab, a gente já tinha ocupado ela ou seja, invadido ela com mais de 200 famílias. O que a Cohab fez? A Cohab através de seu representante o doutor Reginaldo Braga Arcuri nos disse o seguinte: A Cohab não tem condições financeiras de fazer casa no município de Campina Verde dentro do loteamento do Bairro Jovina de Oliveira, então a Cohab nos deu a oportunidade, pois estávamos já ocupando lá 308 lotes, aí a gente já ficou construindo a moradias, passou 02 no ano de 2000 venceu o contrato da Cohab com a Prefeitura, e tinha que entregar o Loteamento (...)²⁸

Porém o que o Jornal Pontal aos 22 de março de 1998 disse não foi bem assim, ou seja, segundo o mesmo jornal, o que ficou acertado seria que a Cohab venderia os

²⁷ Jornal Pontal – 08/02/98

²⁸ Entrevista cedida ao autor em março de 2009.

lotes aos integrantes do movimento, onde a venda seria feita através de financiamento com prazos de 30 a 36 meses com prestações de R\$15,00 a R\$25,00.

Porém independente do que aconteceu entre as partes interessadas o fato é que a Cohab de Minas Gerais tentou uma possível reintegração de posse como meio legal contra a obtenção dos lotes. Reintegração esta que veio através de uma carta ofício ASJ nº 080/98 enviada e endereçada ao Sr. Ildo Arantes Coimbra na data de 30 de março de 1998,²⁹ na qual a mesma pede a desocupação do loteamento, deixando claro que, caso isso não ocorresse, tomariam as devidas providências cabíveis judicialmente, pois, na medida em que os integrantes do Movimento Sem-Teto continuassem a permanecer no local estaria caracterizado um ESBULHO POSSESSÓRIO, dando ao movimento 15 dias para a desocupação do local, ofício este assinado pelo Sr. Walter Pinto de Lima, assessor jurídico da Cohab de Minas Gerais.

Não intimidados pelo ofício e pelos boatos de reintegração de posse que circulavam pela cidade, os integrantes do Movimento permaneceram no local, com os seus barracos e, com os passar dos tempos, foram construindo, na medida do possível de cada família, os seus lares. As estratégias adotadas, tanto pela prefeitura quanto pelos órgãos do Estado, não surtiram efeito diante do grande número de famílias que ia se aglomerando ainda mais no Loteamento. Isso acontecia, na medida em que os moradores percebiam que esta ocupação já era uma realidade e não apenas mais um movimento que acabaria se desintegrando com o tempo, pelo contrário, na medida em que o tempo foi passando o Movimento foi se fortalecendo politicamente e ideologicamente; para isso, entre as estratégias adotadas pelos ocupantes, cabe destacar a resistência dos mesmos, apesar dos comentários depreciativos, inclusive, de parte da população local.

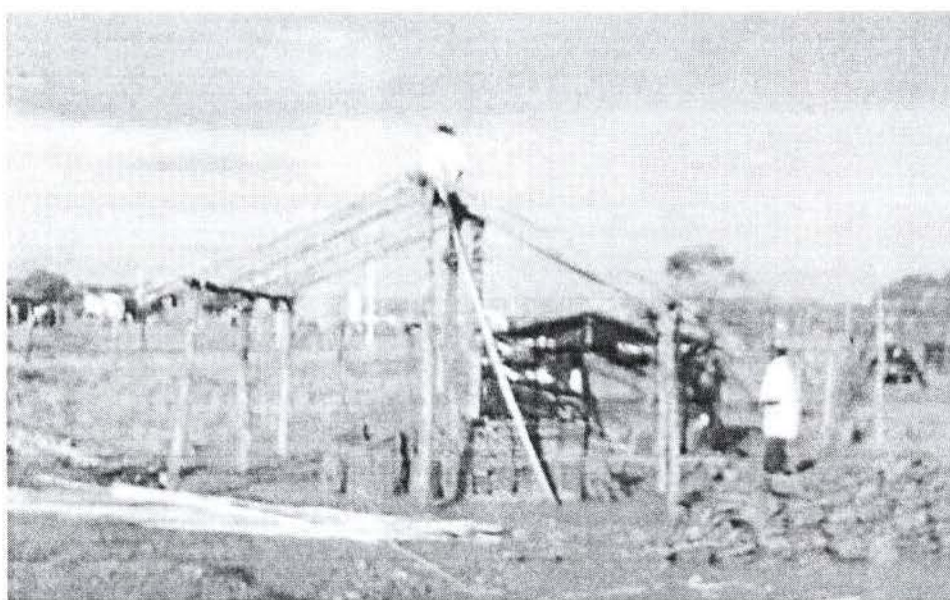
Entre as tentativas de depreciação do movimento merecem menção os preconceitos, sobretudo porque o município de Campina Verde, constitui-se através do latifúndio, ou seja, tem-se na região grandes elites, e fazendeiros que defendem os interesses da classe dominante. Por isso mesmo, o fato de estar acontecendo Movimentos Sociais no município feria seriamente os seus interesses, preocupando-os com seus bens e patrimônios. Os integrantes do movimento passaram assim por vários preconceitos e estereótipos, tais como os qualitativos de preguiçosos, arruaceiros, baderneiros entre outros que apenas denegriam a imagem do movimento social na

²⁹ Carta Ofício apresentada ao Sr. Ildo Arantes Coimbra, um dos líderes do Movimento Sem-Teto na cidade de Campina Verde/MG, conforme numeração 080/98

cidade. Por seu lado, ao invés de dar atenção aos preconceitos o movimento dos sem-teto do loteamento Jovina de Oliveira respondeu de outra forma, ou seja, as suas adversidades faziam os seus integrantes se unirem ainda mais em busca de seus objetivos.

Isso nos remete a Milton Santos, pois para ele “pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até o mesmo salário, tem valor diferente segundo lugar em que vivem, as oportunidades não são as mesmas”³⁰. Se, ao invés das pessoas com melhores condições de vida, como prefeitos, deputados, presidentes, donos de jornais e outros, criticarem e depreciarem os Movimentos Sociais, isto não de forma generalizada, pois tem suas exceções, e voltassem suas forças para a promoção de emprego, saúde, educação e outros bens, não teríamos tanto gente precisando de moradia, e assistências social no Brasil e no mundo.

Assim sendo, os moradores do então Loteamento Jovina de Oliveira passaram a cadastrar os seus habitantes e a distribuir lotes na medida da ocupação e chegada das pessoas ao movimento.



Barraco sendo construído por trabalhadores sem-teto³¹

Em entrevista a Sra. Célia Marques, redatora e proprietária do Jornal Pontal na cidade de Campina Verde/MG a mesma relatou que muitos lotes ao contrário de serem

³⁰ SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987

³¹ Autor desconhecido – Associação de Moradores do Bairro Jovina de Oliveira

doados, foram vendidos para prováveis moradores, sendo isto feito por líderes do movimento do Sem-Teto da cidade. Em contraposição a isto, foi apresentado a mim uma ficha cadastral na qual os interessados nos lotes deveriam preencher para que pudessem usufruir de um terreno, terrenos estes que segundo o Sr. Ildo Arantes Coimbra eram distribuídos aleatoriamente entre o moradores do loteamento. Porém o que considero e analisei é o fato de que como poderiam moradores tão necessitados de um lote, ou residência para morar comprar um lar sendo que não tinham recursos nem mesmo para alugar ou financiar uma moradia? Na medida em que viviam de ajuda de outros ou mesmo passavam muitas dificuldades para pagar os aluguéis essas pessoas procuraram o movimento em busca de alternativas par sua difícil situação.

(...) o ideal era as moradias, então a gente sempre a pessoa que estava em busca de moradias são pessoas dos bairros mais humildes, e o movimento que se diz sério, um movimento que se diz, pra ter um respeito com o pessoal ele não recrimina ninguém, então eu como liderança e demais pessoas como liderança, então as pessoas, do Alvorada, Sinhô Teixeira, Setor Industrial que estavam precisando de moradia e nos procurava naquela oportunidade, para ter uma oportunidade nos lotes, a gente não discriminava ninguém, não olhava questão política, ideológica partidária, porque do momento que uma pessoa, dirigi da sua residência, deixa seus afazeres pra fazer um movimento de pro moradia, ele realmente esta precisando, e a gente atendia estas pessoas sem discriminar, qualquer pessoa observava ele, a gente fazia o cadastro pois via que ele estava em dificuldade(...) ³²

No cadastro utilizado, constavam os dados gerais da pessoa que almejava um lote, como por exemplo RG, CPF, profissão e outros, além de anotar a renda familiar, os dados familiares e outros entre os quais informações gerais, como emprego, estado civil, bens que poderia conter, como apresenta a ficha abaixo:

³² Entrevista cedida ao autor em 25 de janeiro de 2009.



**Movimento Trabalhadores
de Campina Verde-MG
'MORADIA PARA TÓIXOS'
MTST**

Campina Verde, 21 de março de 1998

Nome: JUVENA DA SILVA Endereço: 04 Lote: 05 Lote nº 10

DADOS PESSOAIS

Nome: JUVENA DA SILVA MOURA Idade: 34 anos

RG: 526.745.704-10

Estado Civil: _____ Profissão: _____

Data nascimento: _____ Endereço: Lote 16 nº 100

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Entre cada família: _____

Endereço: _____

Tempo de residência no Município: _____

Posto de trabalho: _____

REDA FAMILIAR

Contato: 160,00

Conjuge: _____

Outros: _____

Total: 160,00

DADOS FAMILIARES

Conjuge: _____

Filhos: Natal da Silva - Cláudio S. Silva - Gisele S. Silva

Guilherme Ribeiro de Souza Candidato

Paulo Roberto Lins Coordenador

Campina Verde de Oliveira - Rua 10 - Campina Verde - MG CEP - 36.270-000

Ficha Cadastral para almejar um lote³³

Segundo relata o Jornal Pontal de Campina Verde, em sua edição de 19 de abril de 1998, a Cohab enviou ao Sr. Prefeito DR. Guilherme Ribeiro de Souza, que governava nesta ocasião a cidade, um documento informando ter recebido em março lideranças do movimento onde segundo o mesmo documento apresentava entendimentos quanto à comercialização do lotes ali ocupados no Loteamento Jovina de Oliveira.³⁴

³³ Ficha Cadastral, adotada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto para obtenção de um lote.

³⁴ Jornal Pontal - 19/04/98

Contudo esta é a versão apresentada, mas que entra em comum acordo com os interesses tanto da prefeitura como da COHAB, visto que com isto não perderiam os loteamentos sem receber nada pelos mesmos, deixando a imagem de que os trabalhadores sem-teto teriam condições de pagar pela sua futura propriedade. Segundo o mesmo jornal, a avaliação de cada lote ficou em torno de R\$ 800,00 e os acampados solicitaram que a prestação ficasse abaixo de R\$ 25,00, isso segundo o documento.

Para a Cohab esta era uma medida cabível pois, cientes de que o prazo para realizar a construção das casas estava acabando no ano de 2000, como já foi mencionado mais acima, vender os terrenos, ao invés de construir, era muito mais rentável. Além do mais, desapropriar os ocupantes que ali se encontravam com toda certeza geraria uma “dor de cabeça”, a qual os representantes do referido órgão estadual não estavam dispostos a sofrer. Por isso, para eles, a proposta de comercialização era muito mais conveniente.

Entretanto, tal proposta esbarrava em impedimentos legais, visto que, havia o artigo 3º da Lei Municipal 1.232, de 31 de julho de 1995, estabelecendo que a Cohab teria um prazo estipulado para a construção do conjunto habitacional no referido local, e, se assim não o fizesse, teria que reverter-lo ao patrimônio municipal.

Ocorre que, diante da nova situação, a Cohab concluiu que, com o terreno ocupado, não existia condições de edificação do conjunto habitacional, pois a lei municipal não permitiria vender os lotes doados para a construção. Não dispondo de recursos para as construções também não haveria condições de enquadramento às normas de financiamento da Caixa Econômica Federal. “As fichas enviadas pelos líderes do movimento não se ajustam às condições mínimas de enquadramento do Sistema Financeiro de Habitação”³⁵

Portanto a decisão da Cohab estava clara, ou seja, reverter os terrenos ao município de Campina Verde era a única alternativa legal dentro do que estava acontecendo. Ou seja, embora usufruindo de uma porção de terras por tantos anos com toda infra-estrutura básica para a construção de um bairro, sem cumprir com suas obrigações, quando questionados, as autoridades responsáveis pela Cohab simplesmente se retiraram de cena, evitando aborrecimentos e transferindo qualquer tipo de responsabilidade do Loteamento para o município de Campina Verde.

³⁵ Jornal Pontal - 19/04/98

Nesse ínterim, grande parte dos moradores que se encontrava no local, já havia construído alguns barracos, outros, também já começavam a encaminhar materiais de construção para construção de suas casas. Porém, segundo relatos, muitos ainda estavam indecisos quanto ao futuro do loteamento, na medida em que havia muitas especulações quanto ao futuro destes ocupantes, dentre elas, se eles permaneceriam ali ou se seriam removidos para outro local. Cabe salientar, porém, que, embora indecisos, não estavam desencorajados de construir suas moradias e realizar o “sonho” da casa própria.

A dona de casa, Maria Aparecida Gomes Teixeira, disse que espera um acordo porque, se estão no local, é porque necessitam. Acreditamos no prefeito e temos certeza que vai resolver o nosso problema da melhor maneira possível. Já a dona de casa, Maria Elisa da Conceição, disse que está lutando para conseguir lotes para os seus cinco filhos, porque eles não têm condições de comprar, trabalham de serviços gerais e não ganham o suficiente³⁶

Esses trabalhadores passaram por muitos e vários maus momentos, pois ficavam em barracos feitos de lonas e correndo o risco de uma possível desocupação, visto que afetavam diretamente o Estado, seja através da COHAB ou o município, cuja elite capitalista temia o movimento. Além disso, os moradores enfrentavam a questão da falta de saneamento básico e falta de alimentos, visto que as cestas básicas fornecidas para o movimento dos sem-terra não eram fornecidas para os sem-teto, ficando assim muitos dependendo da ajuda voluntária de terceiros.

Mas, essas dificuldades enfrentadas não foram maior do que o desejo de ter um lar, uma moradia, para se abrigarem e abrigarem suas famílias. Talvez, por isso mesmo, eles encontraram energias para superar todo o processo desde a ocupação, seleção dos moradores, incursões à prefeitura e ao governo do Estado de Minas, além do preconceito vivenciado por serem tidos não como ocupante mas como invasores de algo que não lhes pertencia.

E o resultado destas primeiras lutas por permanência e ocupação do local viria nos quatro anos após a ocupação ocorrida em 27 de janeiro de 1998. Ou seja, no dia 08 de janeiro de 2002, foi promulgada a LEI MUNICIPAL 1.444, que concedeu aos ocupantes do loteamento Jovina de Oliveira o direito a posse e desfruto dos terrenos. Porém, esse direito só veio complementar o que eles já tinham conseguido por meio da

³⁶ Jornal Pontal – 19/04/98

luta, na medida em que em grande parte dos terrenos do loteamento já havia construções de casas, barracos de palha e de lona entre outros. É necessário destacar que os todos os terrenos já eram ESCRITURADOS pela prefeitura e isto vinha desde a época em que a área pertencia à COHAB:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar, na forma desta lei, lotes de terrenos de seu patrimônio, localizados nesta cidade, no loteamento denominado “Dona Jovina de Oliveira”, a todos aqueles que ocupem de forma mansa e pacífica, por moradia, até a entrada desta lei em vigor, e que não sejam, inclusive o cônjuge, se casado for, possuidor, a qualquer título de outro imóvel³⁷

A doação dos lotes, aos moradores do loteamento, foi apenas um conquista diante de várias lutas pelas quais o Movimento teria que passar no decorrer do desenvolvimento do bairro.

Uma coisa é certa: o MTST (Movimento do Trabalhadores Sem-Teto) do município de Campina Verde, não se dissipou com a doação dos lotes. Continuou buscando recursos e meios de melhorar a vida daqueles moradores, por meio de várias formas de ação, como por exemplo, nas áreas da saúde, política, saneamento, educação, transporte, lazer entre outros que serão analisados e discutidos adiante, como extensão da análise sobre o até então loteamento que se tornou BAIRRO JOVINA DE OLIVEIRA.

³⁷ LEI MUNICIPAL Nº 1.444, de 08 de janeiro de 2002, art. 1º.

CAPITULO II

CONQUISTAS E DIFICULDADES NA CONSTRUÇÃO DE UM BAIRRO

O Bairro Jovina de Oliveira, situa-se na periferia da cidade de Campina Verde em uma grande área às margens da Rod. Br 364, uma importante rodovia que corta o país de São Paulo à Cuiabá e da estrada que liga Campina Verde à São Francisco de Sales. Nos dias atuais é um bairro povoado e com toda infra-estrutura necessária para o bem-estar social de seus moradores. Evidentemente, nem sempre assim, visto que, foram muitas as lutas travadas pelos ocupantes deste bairro para que estes tivessem uma vida mais digna e humanitária para se viver, na medida em que apenas conquistar o direito de permanecerem no local, com a doação de escrituras a estes não quis dizer que estes não teriam mais dificuldades, desigualdades e sofrimentos para sobreviverem. Pelo contrário, eles estavam apenas no início de uma caminhada.

Como forma de se tornarem mais fortes e viabilizarem as reivindicações para o bairro, os moradores, após a configuração da posse, se uniram e formaram uma Associação de Moradores para defenderem os seus direitos jurídicos, políticos, econômicos entre outros.

(...) aos oito (08) de agosto de dois mil e dois (2002), nesta cidade de Campina Verde, em Cartório, compareceu Ildo Arantes Coimbra, abaixo qualificado e por ele me foi dito que foi constituída uma entidade civil, sem fins lucrativos, denominada “ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO JOVINA DE OLIVEIRA DE CAMPINA VERDE”, com duração indeterminada e sede provisória nesta cidade, à Rua H nº 54, Bairro Jovina de Oliveira; tem por finalidade: zelar e defender o Bairro em qualquer assunto que aconteça; lutar pelo direito dos moradores, principalmente dos filiados, garantindo-lhes o direito de participar nos projetos de política urbana a nível municipal, estadual ou federal; combater sistematicamente os descasos com problemas de falta de moradia, saúde, educação, lazer, meio ambiente e outras; manter convênios com entidades públicas ou privadas para promover a melhoria da qualidade de vida de seus filiados(...) ³⁸

E como estabelecido em Cartório, a Associação dos Moradores do Bairro Jovina de Oliveira, de várias formas possíveis passou a requerer direitos e deveres para o bairro e isto no que diz respeito ao município, estado, ou federação, diante de reivindicações travadas em busca de melhorias, reivindicações e lutas, lutas, que serão aqui analisadas em seguida.

Foram várias as formas de manifestações utilizadas pelos moradores, dentre elas destacam-se incursões e protestos pela cidade e na prefeitura, através de passeatas,

³⁸ Registro de pessoas jurídicas, registrado no cartório de Registros Públicos da Cidade de Campina Verde, pela Sra. Gilma Teixeira Machado, nas fls. 194 do livro A-01 de 08 de agosto de 2002.

panfletos, cartazes distribuídos na cidade, uso de tribuna livre nas reuniões ordinárias da Câmara Municipal, e, entre os quais, uma iniciativa de elevada importância que foi a implantação da Rádio “pirata”, denominada de Liberdade FM, que divulgava assuntos de interesse dos moradores, fazia requerimentos para a sociedade e para os governantes, realizava entrevistas com moradores, políticos, governantes e outros, ou seja, dava voz às reivindicações, e colocava à luz as desigualdades vivenciadas e presenciadas pelas pessoas que viviam no Bairro. Um outro detalhe importante é que esta Rádio passou a ser a voz dos setores de esquerda da cidade de Campina Verde, ou seja, não apenas moradores do Bairro Jovina de Oliveira mostravam os seus descontentamentos e dificuldades, uma vez que a emissora estava aberta a outros cidadãos da cidade que passavam por destratos na sociedade.

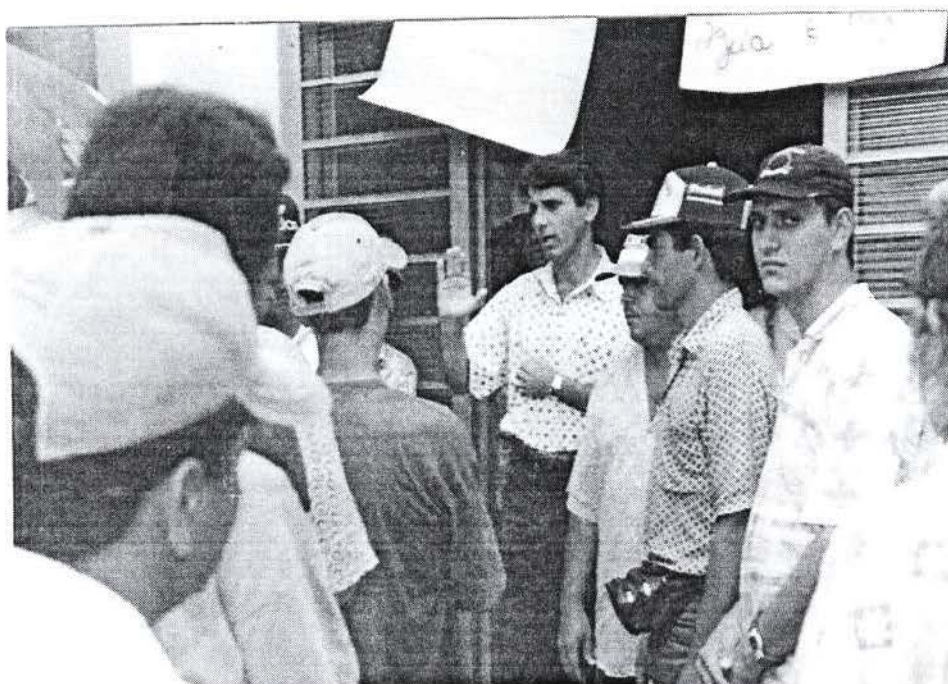
Como já foi salientado anteriormente, o conjunto habitacional Jovina de Oliveira ao ser loteado para construção de moradias junto à Cohab, tinha todo um aparato estrutural para a edificação de um bairro novo na cidade de Campina Verde, contendo rede de esgoto, água e energia, embora desprovido de asfalto. Pois bem, após a conquista dos lotes, onde foi salientado também que antes mesmo desta conquista várias residências já havia sido iniciadas, o que veio foram outros grandes problemas para a Associação de Moradores, relacionados a problemas de natureza econômica, social e política, entre outras, que perpassaram e perpassam até os dias atuais a vivência dos moradores daquele bairro.

Um dos primeiros problemas vivenciados pelos moradores do Bairro Jovina de Oliveira, após a aquisição e fixação nos terrenos, foi a ligação do sistema de água e esgoto, por parte dos órgãos responsáveis, que, no caso da cidade de Campina Verde, é a COPASA (Companhia de Saneamento Básico do Estado de Minas Gerais). Como os moradores, mesmo após se estabelecerem nos lotes, não dispunham de água encanada, nem, tão pouco, de serviço de esgoto, os mesmos estavam expostos a sérios riscos, principalmente relativos à saúde, visto que, os banheiros utilizados eram do tipo fossas a céu aberto e a água que bebiam não era tratada. Portanto, uma das primeiras lutas travadas pela população ali fixada teve com objetivo resolver essas péssimas condições de saneamento.

Como formas de encaminhar as reivindicações, na busca de solucionar este problema, vários ofícios foram enviados a prefeitura municipal e ao governo do Estado. Uma correspondência encaminhada à Câmara Municipal de Campina Verde, no ano de 2001, dá a exata dimensão dos problemas enfrentados pelos moradores daquele bairro:

Mais uma vez a pedido de vários moradores do Bairro Jovina de Oliveira, vimos junto aos senhores representantes do POVO de Campina Verde, solicitar empenho desta casa junto a uma questão que tanto massacra varias famílias do bairro que desde a nova administração Municipal estão sem o direito de colocar água em suas moradias, por imposição de ignorância da prefeitura, também com apoio da COPASA local...somos conhecedores senhores vereadores que existe dentro das normas legais da Copasa, ligações de águas temporárias, mas a Copasa de Campina Verde FINGE não conhecer suas normas.³⁹

Outras formas de mobilização, como panfletos distribuídos na cidade e protestos realizados tanto na Câmara como na Prefeitura Municipal de Campina Verde, foram recursos reiteradamente utilizados.



Protesto na Prefeitura de Campina Verde⁴⁰

No que diz respeito à Iluminação Pública, o loteamento Jovina de Oliveira dispunha de toda uma estrutura, como atestam algumas notícias veiculadas pela imprensa relativas a esse assunto, ainda que a título de fazer crítica. Exemplifica isso, a reportagem do Jornal do Pontal que traz como manchete “Braquiara Iluminada”,

³⁹ Carta Ofício remetida à Câmara Municipal de Campina Verde, no dia 06/08/2001

⁴⁰ Autor desconhecido – Associação de moradores do bairro Jovina de Oliveira

“Ampla área reservada e doada à COHAB para construção de casas, e formação de um novo bairro na cidade, esta abandonado com lotes demarcados e com iluminação, além de encanamento de água e esgoto, um descaso total (...)”⁴¹

Mesmo assim, na medida em que as casas foram sendo construídas, os moradores aumentaram a demanda por iluminação e energia. Com isso, outra reivindicação trabalhada e organizada pela associação de moradores do bairro relacionou-se aos pedidos para obtenção dos padrões para as moradias, demandas essas geralmente discutidas em Assembléias antes de serem formalizados os pedidos à CEMIG (Companhia Elétrica de Minas Gerais). Numa dessas correspondências, datada de 26 de agosto de 1998, a Associação utilizou como argumento as condições de baixa renda das famílias ali residentes, sem condições de pagarem por tal benefício.

Exmo Sr. Prefeito municipal Dr. Guilherme Ribeiro Souza O movimento trabalhadores sem teto Campina Verde vem através desta solicitar junto a prefeitura e a Cemig para um negociação de compra de padrões de energia sendo estes 61 padrões a favor da rede e 53 padrões contra rede. Porque os moradores são de baixa renda e necessitam desse favorecimento assim melhorando suas condições de vida; e desde já aguardando uma resposta favorável.⁴²

Outra luta travada pela Associação de Moradores do Bairro Jovina de Oliveira, inclusive no âmbito jurídico com interferências até da Promotoria da Cidade, diz respeito às taxas cobradas nas contas de energia relativas à iluminação pública. Aliás, o êxito obtido nessa frente de luta estendeu-se para toda a população campinaverdense, não se restringindo apenas aos moradores daquele bairro.

Conforme denúncias a Promotoria de Justiça de Campina Verde, referente a Cobrança Abusiva Ilegal da Taxa de Iluminação Pública, foi concedido um LIMINAR FAVORAVEL ao povo de Campina Verde, suspendendo está Cobrança Ilegal da Taxa de Iluminação Pública, a partir deste mês.⁴³

Porém os desdobramentos desta liminar se deram com o tempo e esta foi desfeita, ou melhor, vencida na medida em que houve reação dos aparelhos do Estado recorrendo de tal decisão e revertendo a situação, ou seja, as taxas de iluminação pública voltaram a ser pagas pelos moradores de Campina Verde.

⁴¹ Jornal Pontal – 10/12/1997.

⁴² Carta Ofício enviada à Prefeitura Municipal de Campina Verde, em 26 de agosto de 1998 e protocolada em 03/09/2009.

⁴³ Panfleto divulgado pelo Movimento Campinaverdense de Defesa Comunitária sem data específica

Um dos maiores problemas vivenciados pela população pobre, no Brasil, diz respeito à questão da saúde pública, situação que não é diferente na cidade de Campina Verde, onde a população pobre sempre foi a mais prejudicada pelos sistemas públicos de saúde que auxiliam uma pequena parte da população diante do grande número de necessitados. E este também foi e é o caso dos moradores do Bairro Jovina de Oliveira, constituído basicamente por pessoas de baixa renda que sempre necessitaram dos serviços públicos de saúde, embora, sem acesso adequado na maioria das vezes.

Como é comum em várias regiões do país, na cidade de Campina Verde, as pessoas mais pobres que precisam de uma consulta média e não têm condições de pagar, ou não dispõem de convênios médicos, para serem atendidas precisam enfrentar filas em postos de saúde na busca de um encaminhamento para atendimento pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Mesmo assim, não bastassem as dificuldades e humilhações por que passam, muitas vezes dormindo nas filas, ainda têm que contar com a sorte, pois na maioria das vezes não conseguem encaminhamento para o médico desejado. Embora haja na cidade um serviço de Pronto Atendimento Municipal, isso pouco contribui para a resolução dos problemas, havendo demoras no atendimento, falta de aparato tecnológico e, em casos de grandes urgências muitas vezes os pacientes são removidos para outras cidades da região dotadas de melhores condições.

Pelo que foi constatado na pesquisa, foram várias as reivindicações por parte da Associação de Moradores do Bairro Jovina de Oliveira relativas à saúde. Dentre elas, denúncias de omissão de socorro e de cobrança por fichas de atendimento, protestos na Câmara Municipal, ofícios enviados aos Ministros de Saúde e aos Secretários de Saúde do Estado de Minas Gerais. Em carta enviada ao Sr. José Serra, então Ministro da Saúde, em 22 de fevereiro de 1999, a Associação pede providências por parte deste, em relação aos descasos da saúde na cidade de Campina Verde, no que esta diz: “(...) o que acontece aqui é que fizeram um complô contra o SUS e a saúde, passando a não cumprir o que determina o art. 196 e 200 da Constituição Federal.”



Protesto em defesa da saúde pública na Câmara Municipal de Campina Verde⁴⁴

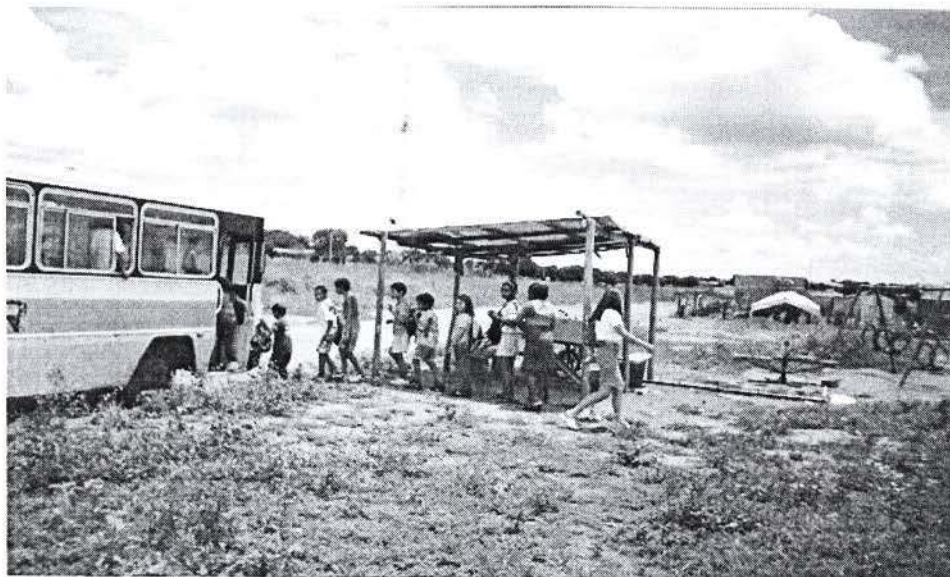
O problema maior é que, apesar de várias lutas travadas, a saúde continua sendo um grande problema, como também o é nacionalmente. Por isso, o sistema de saúde público continua tão criticado e combatido por militantes de organizações que pensam nas questões sociais e por movimentos sociais engajados na luta por mais dignidade de vida e pela garantia dos direitos constitucionais.

No que diz respeito ao transporte público, é preciso salientar que Campina Verde é uma cidade de pequeno porte, o que facilita o acesso e a locomoção para os vários pontos da cidade. Mesmo assim, o que se tornou uma luta dos moradores do Bairro Jovina de Oliveira está relacionado ao Transporte Escolar. Como o bairro localiza-se às margens da Rod. Br. 364, as crianças e jovens correm sérios riscos de acidentes ao atravessá-la, na medida em que não possui sequer uma passarela e o fluxo de veículos é intenso. Os registros dão provas de muitos acidentes neste local, sendo alguns fatais.

Diante desse quadro, a Associação de Moradores do Bairro passou a reivindicar locomoção para as crianças irem e voltarem das escolas da cidade, e locomoção esta feita da seguinte maneira: os ônibus que passavam as margens do bairro e que vinham com alunos da zona rural passariam pelo bairro e pegariam as crianças, conduzindo-as até as escolas e vice-versa, tal como consta de ofício encaminhado à prefeitura municipal:

⁴⁴ Autor desconhecido – Associação de Moradores do Bairro Jovina de Oliveira

Venho através desta solicitar junto a Vsa. Que envie um ofício a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, tendo em vista que está secretaria AUTORIZA, o motorista do ônibus escolar que transportava as crianças do Bairro Jovina de Oliveira, a pegar as crianças DENTRO DO BAIRRO, E NÃO NA RODOVIA BR-364, como está acontecendo.⁴⁵



Crianças pegando o ônibus escolar rural, no Bairro Jovina de Oliveira⁴⁶

Esse tipo de serviço foi colocado em prática por algum tempo, mas, depois interrompido, porém, segundo o Sr. Ildo Arantes Coimbra, na data de 15/03/2009 na atual administração este benefício foi reconquistado pelos moradores do Bairro.

As questões que envolveram o asfaltamento do bairro Jovina de Oliveira podem ser entendidas como das mais problemáticas lutas que os trabalhadores enfrentaram, e isto porque sem este benefício, a locomoção e deslocamento eram muito complicados, o que agravava ainda mais nos tempos de chuvas onde grandes crateras e buracos eram abertos dificultando ainda mais a vida dos moradores, que já não era tão fácil.

Muitas promessas foram feitas, e, segundo alguns relatos, várias delas em tempos de eleições, quando, aproveitando-se das esperanças e dificuldades das populações humildes deste e de outros bairros os candidatos se comprometiam com o asfaltamento resolvendo os problemas enfrentados. Passado esse período, os candidatos

⁴⁵ Carta Ofício enviada ao Sr. Dr. Guilherme Ribeiro de Souza – Prefeito Municipal – na data de 06/11/1999

⁴⁶ Autor desconhecido – Associação de Moradores do Bairro Jovina de Oliveira

vitoriosos o máximo que faziam eram mandar maquinários da prefeitura para tapar os buracos e aplanarem o solo, minimizando os problemas até a próxima chuva.

Dez anos após a ocupação do Loteamento, em 2008, finalmente o Bairro Jovina de Oliveira foi totalmente asfaltado, superando, assim, um longo período de dificuldades, lamaçais, poeira e entulhos que foram objetos de denúncias por meio da emissora de Rádio do Bairro, nos meios de comunicação de Campina Verde, e em ofícios enviados aos governantes.

Por se tratar de um bairro pobre e localizado na periferia de Campina Verde, além das dificuldades enfrentadas pela população em geral também há os problemas enfrentados por muitas famílias associados ao desemprego, a fome, a desnutrição entre outras.

E é justamente aí que entram os trabalhos sociais desenvolvidos, por exemplo, pela Pastoral da Criança que se preocupa em diagnosticar os graus de desnutrição, saúde, entre outros das crianças, além de promover lazer e descontração. Tem, também, o movimento dos Vicentinos, uma entidade filantrópica vinculada a Igreja, que ajuda famílias carentes, como também se ocupam com a catequização e formação da religião na comunidade.

Estas Instituições comungadas com a Associação dos Moradores buscam melhorias sociais ou pelo menos amenizar as dificuldades e miséria de alguns, como, por exemplo, fazendo campanhas de agasalho, natal, cestas de alimentação, entre outros, que auxiliam na sobrevivência de algumas famílias. Como espaço para realização de muitas dessas atividades, a princípio foi construído um barracão com palhas de bacuri, servindo para confraternizações e eventos, como missas, festas e outros; com o tempo, foi construída uma pequena capela que possibilitou um maior conforto.

De acordo com Ana Couto, a principal finalidade era a confraternização. “A gente está tentando trazer as pessoas e mostrar que temos muita coisa a oferecer, e elas a nós. Muitas vezes, a gente sabe que determinada pessoa está em dificuldade e outra que nem é daqui do bairro a ajudou”. A moradora afirmou que o bairro está necessitando de lideranças e que o barracão irá permanecer para futuras reuniões.⁴⁷

Dentre os muitos benefícios que são negados às pessoas pobres e humildes também estão incluídos aqueles relacionados à cultura, esporte e lazer. Sem dispor de

⁴⁷ Jornal Pontal – 11/07/1999

condições para freqüentar as atividades pagas, essas pessoas se vêem geralmente privadas do acesso a esse tipo de atividade. Por isso mesmo, também nessa área tem havido reivindicações e lutas dos moradores do Bairro Jovina de Oliveira objetivando diferentes formas de entretenimento.

Foram feitos pedidos junto à Prefeitura para a construção de parques para as crianças, como é o caso de um ofício encaminhado ao Sr. Prefeito Dr. Guilherme Ribeiro de Souza em 05/02/1998, alguns dias após a ocupação, medida esta adotada pelo Sr. Ildo Arantes Coimbra.

Foi formado um time de futebol do Bairro que competiu em alguns campeonatos, mas o verdadeiro lazer que os moradores conseguiram partiu da iniciativa privada onde os Sr. Ivan Arantes Coimbra, empresário na cidade implantou um pequeno parquinho para a diversão das crianças.



Parque implantado no Bairro pela iniciativa privada⁴⁸

Os moradores também têm realizado algumas competições de atletismo, com competidores do bairro e de outros da região, como forma de incentivo ao esporte; alguns grupos de dança também surgiram, mas se desfizeram ao longo do tempo. Ou seja, diante da ausência do poder público em suprir essa demanda da população, isso, não apenas no Bairro Jovina de Oliveira, mas, também, em qualquer outro bairro da cidade, são os próprios moradores, os quais, inventivamente e, ao seu jeito, vão

⁴⁸ Autor desconhecido – Associação de Moradores do Bairro Jovina de Oliveira

buscando alternativas para suprir, ainda que parcialmente, essa imprescindível necessidade humana.

2.1 As dificuldades com falta de auxílio público

Ao serem analisados alguns programas implantados pelas instâncias governamentais, nos últimos anos, como, por exemplo, o plano Real, Saúde da Família, Bolsa Escola, Bolsa Família, percebe-se, no discurso oficial, uma justificativa de direcionamento dos mesmos para atendimento das necessidades das famílias mais humildes na sociedade brasileira. E essa é a realidade vivenciada por grande parte da população que participa dos movimentos que lutam por uma moradia, ou seja, pessoas normalmente desprovidas do que comer, vestir e de condições para estudar, fatores esses que agravam ainda mais o quadro de dificuldades na busca para a realização do sonho da casa própria.

Dito de outra forma, as famílias assentadas no país não se mobilizam apenas para terem mais um lote ou uma casa, lutam, também, pelo direito à alimentação, para não terem que sobreviver de favores de parentes e amigos. Portanto, ao questionarmos os conteúdos das propagandas oficiais que dizem construir várias casas para famílias carentes, cabe a seguinte indagação: mas que famílias carentes são estas, as que ganham acima de três salários mínimos ou aquelas que nem tem acesso a alimentação?

Entre os trabalhadores sem teto, acampados na luta por um lugar onde morar, é muito comum encontrarmos aqueles que se vêem impossibilitados de conseguir um emprego, uma vez que não podem sair de seus lotes, sob o risco de perdê-los. Essa foi a realidade vivenciada por grande parte dos trabalhadores sem-teto na cidade de Campina Verde. Muitos deles se viram obrigados a contrair dívidas na medida em que, desprovidos de recursos, não tinham a quem recorrer ao longo do período de luta com vistas à obtenção dos lotes para a construção da moradia. Ou seja, sem ter um auxílio da prefeitura ou do Estado, se viram forçados a contrair empréstimos em bancos, com parentes ou amigos, além de fazerem compras a crédito, porém sem condições de arcar com os valores das parcelas nas datas dos vencimentos.

Mesmo depois da conquista dos lotes, a situação pouco foi alterada, uma vez que, como disse o Sr. Jerônimo Rodrigues de Brito, eles tinham “que pegar

empréstimos no banco pra ajudar na construção da casa, né, mais os juros e as prestações eram muito grandes e dificultavam muito a compras da gente né, pois sendo pobre não tinha condição de construir sem ajuda do banco”⁴⁹. Dificuldades como comprovação de renda, comprovação de emprego formal, conseguir um avalista e outras foram recorrentemente enfrentadas por aqueles moradores para a obtenção dos financiamentos. Além do mais, tiveram que lidar com os preconceitos pelo fato de serem considerados “sem-teto”, o que dificultava ainda mais serem avalizados.

Como é possível notar, além das dificuldades e empecilhos vivenciados pelos moradores do Bairro Jovina de Oliveira referidos anteriormente, no que diz respeito à saúde, asfalto, saneamento básico, energia, lazer e assistência social, acrescente-se todos esses outros obstáculos vividos por estes antes mesmo da construção e finalização das suas moradias, os quais deixaram profundas marcas das lutas para realização desse sonho. Como disse o Sr. Ildo Arantes Coimbra,

(...) com certeza é uma vitória do movimento, hoje passado ai onze anos a gente sente um orgulho de passar pela rodovia, qualquer campinaverdense que passa na rodovia Br 364 e vê o Bairro Jovina de Oliveira, todo mundo a cidade inteira a região inteira sabe, o Estado inteiro sabe que aquele bairro não teve ali mando político, teve formação de pessoas através de um movimento social que construiu um bairro através da sua força, mostrando que o povo unido, realmente quando esta unido ele consegue fazer inúmeras transformações, este foi o êxito que a gente obteve de passar lá e vê que hoje depois de onze anos um bairro esta asfaltado, recentemente a gente conseguiu um transporte escolar que fica ali na rodovia Br 364, a gente conseguiu com a administração atual, a gente não pode falar em fracasso porque um bairro que atende mais de 300 famílias, foi um grande sucesso, foi uma grande luta, uma luta árdua(...)⁵⁰

Diante do exposto fica clara a ausência de um trabalho de base, que deveria ser realizado dentro do acampamento e depois na construção dos lares por parte dos governantes, com o intuito de amenizar as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores sem teto tanto na fase de acampamento como, depois, no bairro. Na ausência ou descaso do poder público, as conquistas foram surgindo em função da luta do movimento. Os moradores se mostraram muito organizados e convictos de suas reivindicações, portanto, mesmo sem recursos e sem auxílio para a construção das moradias estas foram feitas de uma forma ou de outra, de laje ou de tijolo, de pau a pique ou de bambu o que

⁴⁹ Entrevista cedida ao autor em 27/04/2009

⁵⁰ Entrevista cedida ao autor em 11/03/2009

interessa é que o Bairro Jovina de Oliveira foi construído e atualmente é uma realidade na vida de várias pessoas da cidade de Campina Verde.

2.2 Vendas e aluguéis de casas e lotes

No processo de doação dos lotes aos assentados do Loteamento Dona Jovina de Oliveira, a Legislação Campinaverdense impôs como norma a inalienabilidade e impenhorabilidade do imóvel doado. Mesmo assim, essa determinação não está sendo cumprida pelos moradores, na medida em que alguns deles estão sim vendendo ou alugando as suas casas ou lotes. Ao receberem as suas escrituras os moradores estavam cientes de que não poderiam vender e alienar os seus imóveis, ficando este inegociável pelo prazo de 05 anos consecutivos, como consta da lei municipal que regulamentou a matéria:

I- Inalienabilidade e impenhorabilidade do imóvel doado, pelo prazo de 05 anos consecutivos, condição essa que se estenderá aos sucessores do donatário.

II- Prazo de 24 meses, a contar da lavratura da escritura, para o registro da mesma junto ao Cartório de Registro de Imóveis e a edificação de casa residencial, tipo popular.

III- O não cumprimento do inciso anterior, resultará na reversão do referido imóvel ao patrimônio do município.

IV- Dispensa da cláusula constante do inciso I, na hipótese do donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento pelo Sistema Financeiro de Habitação – SFH, para construção, ampliação ou reforma de benfeitorias do imóvel doado.⁵¹

Porém ao fazer algumas entrevistas e visitas ao bairro in loco, pude notar que alguns proprietários estão alugando suas moradias e mesmo vendendo, e assim passei a questionar e indagar: quais motivos levam estas pessoas a venderem ou alugarem o que lhes custou tanto em termos de lutas, enfrentando preconceitos e dificuldades diversas para obterem a tão esperada casa própria?

Percebe-se que desde a doação inicial dos lotes tem ocorrido, por parte de alguns moradores beneficiados, a troca e venda dos imóveis. Na avaliação do Sr. Ildo Arantes Coimbra, isso é fruto de alguns interesseiros que não têm compromisso com o

⁵¹ LEI MUNICIPAL Nº 1.444, DE 08 de janeiro de 2002, Art. 5º

movimento e com os cidadãos do bairro, pois “quando se trata de várias pessoas, um movimento grande mais de 200 famílias, hoje lá deve ter 308, 320 famílias, é o seguinte, cada um pensa de uma forma. Mas eu acredito que a maioria sente-se realizada de ter adquirido através daquela luta uma moradia, agora existe pessoas que participa de movimento pra tira proveito próprio, isso é publico e notório (...)”⁵²

Contudo esse é apenas um fato, entre outros, que influenciaram na venda e aluguel dos imóveis no Bairro Jovina de Oliveira. O Sr. Ildo Arantes Coimbra mostrou-se contrário às vendas e mesmo reconhecendo que realmente há pessoas que estão fazendo isso, muitos o fazem não por vontade própria, mas para suprir necessidades emergenciais, como, por exemplo, no campo da saúde, até porque, uma pessoa necessitada de uma cirurgia urgente se for esperar por algum atendimento por parte dos órgãos públicos corre o risco de morrer nas filas. Ou seja, na busca para resolver uma emergência os moradores só dispõem da própria casa enquanto alternativa de solução, colocando por terra o sonho realizado depois de muito esforço e luta.

A gente pra julgar se é legal ou ilegal a venda de uma casa ou lote, vai muito do estado de necessidade da pessoa, porque eu já presenciei muitas das vezes, sabe o que acontecia a pessoa chegar e falar assim, Ildo eu tenho que vender o meu lote ou o meu barraco porque eu tenho que pagar uma cirurgia prum filho meu, em Uberlândia ou Uberaba, e aí como que se faz com uma questão dessa? Eu não posso julga isso do ponto de vista se é legal ou se é ilegal, porque ali muita das vezes a pessoa tá atendendo a uma necessidade de salvar a vida, então eu não sou habilitado, a julga isso se isso é legal ou se é ilegal (...)”⁵³

Além das questões emergenciais, outros fatores devem ser levados em consideração para se compreender as vendas destas casas e lotes, pois muitos moradores desistiram de seus sonhos pelo fato de que, além de lutarem para suprir as necessidades próprias de cada um e de suas famílias, também, tiveram que lutar contra os preconceitos. Ou seja, ao invés de continuarem a viver em situações precárias preferiam alugar ou mesmo vender o imóvel e viver dos minguados recursos que isto poderia lhes proporcionar. Ocorre que, na maioria das vezes o resultado não foi o esperado, ou seja, ao invés de uma vida melhor os moradores voltaram a depender de favores de familiares ou amigos. Além disso, muitos moradores, apesar de conquistarem o tão desejado lote, não puderam construir sua moradia por falta de assistência financeira, ou investimento

⁵² Entrevista cedida ao autor em 11/03/2009

⁵³ Entrevista cedida ao autor em 11/03/2009

por parte dos governantes ficando assim à mercê das dificuldades tendo consequentemente que venderem, visto que, suas condições não os ajudavam a levantar o tão esperado lar.

Um questionamento que pode ser levantado sobre essas transações ilegais, diz respeito ao fato de que se alguém está vendendo o lote ou casa é porque outra pessoa está comprando e, certamente, esta está interessada em legalizar a situação. Porém o que acontece é que sendo proibido a venda, os interessados no negócio passaram a estabelecer contratos de COMPRA E VENDA, através de compromissos particulares feitos em Cartório para a efetivação deste. Desta forma, fica estabelecido no processo de Venda e Compra que as partes se comprometem a esperar o tempo necessário para a transferência da escritura.

Em entrevista, o Sr. Jerônimo Rodrigues de Brito, que fez uma venda nesses termos à Sra. Geruzia Maria Guimarães do Prado, relata o seguinte: “vendi o terreno proque eu já so de idade e prefiro mora com meu filho e sei que essa moça é de procedença boa, eu cunheço o pai dela ai eu vendi”⁵⁴. E já a Sra. Geruzia falou que: “comprei a casa por 5000,00 reais, achei um preço bom, pois não é em qualquer lugar que encontro uma casa de um preço assim e o bairro não é ruim, é um bairro de pobre igual a mim mesmo, e com ajuda de meu pai eu consegui compra esta casa do seu Jerônimo”⁵⁵. Para concretizar a transação, os dois lavraram em cartório o seguinte compromisso particular de Compra e Venda de Imóvel Urbano:

O vendedor JERONIMO RODRIGUES DE BRITO(...)declara para todos os fins de direito, que vendeu para GERUZIA MARIA GUIMARÃES DO PRADO,...), um lote de terreno situado nesta cidade, no Bairro Jovina de Oliveira, na Rua Seis Irmãos, lado par, a 17,80 metros da Avenida Campo Belo, referindo-se ao de nº 06, da quadra 17, cadastrado sob nº SO-31-01-17-06, com área total de 171,55 metros quadrados, medindo: 08,60 metros de frente para a Rua Seis Irmãos, 08,60 metros nos fundos, confrontando com o lote 11; 20,00 metros do lado direito, confrontando com o lote 07, e 20,00 metros do lado esquerdo, confrontando com o lote 05, com todas as benfeitorias nele edificadas, consistentes de uma casa residencial, que recebeu o nº 176; cujo imóvel havido pelo vendedor por força do R-5/10.795, ficha 01, do livro nº 02 de Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis local,(...) ⁵⁶

⁵⁴ Entrevista cedida ao autor em 27/04/2009

⁵⁵ Entrevista cedida ao autor em 10/05/2009

⁵⁶ COMPROMISSO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL URBANO, lavrado no Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Campina Verde em 04/10/2007

Portanto, é válido salientar que a procura de casas para aluguéis ou compras, é feita por pessoas também de classes baixas, que assim como os outros moradores também sonhavam e sonham em ter um lar. Para isso, o meio mais propício é comprar ou alugar uma moradia em um bairro pobre, onde os preços são mais baixos e, portanto, mais acessíveis.

Nesse processo de transação, também há que se levar em consideração a especulação imobiliária na cidade de Campina Verde. Atualmente, como o Bairro Jovina de Oliveira está asfaltado e com toda uma infra-estrutura os próprios moradores da cidade reconhecem que se um lote ou casa que antes custava um valor ínfimo agora passaram a ser valorizados

Através de visitas in loco ao bairro, desde o seu início até os dias atuais, pude notar grandes avanços fruto das várias lutas vivenciadas pelos moradores. Com o transcorrer do tempo, as referências em relação aquelas pessoas mudaram, na medida em que grande parte da sociedade já não os trata como sem-teto, e sim como moradores do Bairro Jovina de Oliveira. Obviamente, isso influencia muitas pessoas a também buscarem uma residência naquele local, alimentando a “Lei da Oferta e da Procura”. Ou seja, um movimento que emergiu da luta de trabalhadores também acaba sendo absorvido pela lógica do capitalismo quando alcança seus ideais, tornando-se um fator de especulação imobiliária. Mas, como afirma o Sr. Ildo, “a luta não termina nunca, sempre vai ter algo a fazer, é uma conquista sim, mas tem muita coisa ainda...”⁵⁷. E, o mais importante ainda é que, apesar das vendas e dos aluguéis, grande parte da população sente-se feliz em permanecer no bairro. Talvez, isso explique porque no ano de 2008 muitas famílias de moradores deste e de outros bairros da cidade iniciaram um Movimento de ampliação do Bairro Jovina de Oliveira em outro terreno ao lado, embora não obtiveram o sucesso dos pioneiros em função de um mandado de reintegração de posse, cujo desalojamento ocorreu de forma pacífica, mas aconteceu. Entretanto, o que cabe ressaltar é que este episódio exemplifica como o movimento dos Sem-Teto tem influenciado vários moradores da cidade de Campina Verde a engajarem-se em variadas formas de reivindicação e luta, seja em defesa da moradia ou outros direitos de cidadania.

Por fim, cabe observar que a realidade vivenciada pelos moradores do Bairro Jovina de Oliveira permite concluir que há uma clara falta de incentivo por parte dos

⁵⁷ Entrevista cedida ao autor em 11/03/2009

poderes instituídos em solucionar o problema da moradia para as pessoas de baixa renda. E isso, vai muito além de fornecer terrenos ou lotes, relacionando-se, também, às necessidades básicas de todo cidadão. Por isso, concordamos com Bloch quando enfatiza que “ainda que estejamos vivendo um amplo processo de mudanças, a existências de Movimentos de luta pela moradia nos mostra que no cenário atual os processos de vulnerabilidade e descidadanização continuam em curso”⁵⁸.

⁵⁸ BLOCH, Janaína Aliano. **O Direito à Moradia: Um estudo do movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo**. Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, (USP-SP), 2007. p.186.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, espero que possa ajudar e a favorecer a outros professores e pesquisadores quanto à questão de Movimentos Sociais principalmente no Brasil, e assim influenciá-los a refletir sobre as condições pelas quais as famílias mais pobres passam no país necessitando desta forma se organizarem para a obtenção de direitos que são seus mas que não são respeitados e não apenas estas condições mas também as dificuldades enfrentadas por estes para a obtenção de seus lares, buscando a partir de então analisar as particularidades que impedem e dificultam tais ações e que impedem que as pessoas possam ser tratadas de maneira mais digna, como também impedem o desenvolvimento de nossa pátria.

E junto a isto também espero despertar o interesse não apenas dos acadêmicos mas da sociedade como um todo que muitas das vezes encontram-se de “olhos fechados” para a realidade e sendo influenciados pelas propagandas oficiais e pelos aparelhos do Estado e das classes dominantes, que a todo momento denigrem a imagem dos movimentos sociais para servirem assim aos seus interesses próprios e não da sociedade pobre e sem condições financeiras.

Precisamos e necessitamos de governantes e de pessoas que se atentem para os movimentos sociais, e não apenas para estes mas que se atentem para as desigualdades vivenciadas e sofridas por várias pessoas, e que não se preocupem com estes apenas em anos eleitorais, como também não se preocupem com estas apenas para se vangloriam diante de outros mas que se preocupem com a alimentação, saneamento básico, saúde, educação dentre várias outras esferas necessitadas por muitos, pois desta forma não teremos “minha casa, minha vida” e sim teremos “nossa casa, nossa vida”, vivida de maneira muito mais igualitária, não perfeita mas menos conturbada e cheia de desavenças.

Assim precisamos adentrar o universo e cotidiano destes trabalhadores e mostrarmos que apesar de muitos não terem estudado, não terem um diploma se mostrar extremamente organizados e inteligentes para buscarem os seus interesses, interesses estes que apesar de contestados também beneficiam o capital na medida em que com a construção de casas, gera um novo mercado, um novo ambiente para se investir dentre vários outros aspectos que nas muitas das vezes não são enxergados pelos governantes e

capitalistas e devido não acreditarem nisto e apenas criticarem e contestarem estes deixam de investir e apoiar algo que pode ser benéfico, e isto ocasiona que muitos não resistem aos preconceitos e à falta de investimentos e abandonam por falta de oportunidades que não lhes são concedidas.

O sonho da casa própria vem se tornando cada vez mais fundamental para as famílias pobres brasileiras e munidos por este ideal, estes vem se organizando em várias frentes para a obtenção de lugares mais humanitários para se viver, procurando desta forma saírem dos maus tratos em que são submetidos todos os dias, e isto acontece não apenas em grandes centros, alvos da imprensa e da mídia, mas também em pequenas cidades, aumentando também os embates entre aparelhos estaduais e particulares, com severas conseqüências para todos os interessados, denegrindo desta forma a imagem dos trabalhadores que lutam por moradia.

Enfim este trabalho me engrandeceu muito como acadêmico e não apenas isso, mas como ser humano, pois mergulhei no Movimento de Trabalhadores Sem-Teto da cidade de Campina Verde e isto possibilitou me ter uma visão não apenas mais ampla como também melhor da dimensão que se tem um movimento social, com suas vitórias, desigualdades, lutas, embates, enfim tudo do melhor e do pior mas que não teve desistência e sim perseverança e trabalho e isto é dignificante demais para quem tinha tudo isto aos seus olhos mas que se atentou a pouco tempo como eu. Portanto devemos ir além dos boatos e dos preconceitos, ou seja, devemos adentrar e estudar o tema para que não deixemos as responsabilidades de mudar o Brasil principalmente aqueles que sonham em um país melhor, apenas nas mãos das ditas minorias e sim o sucesso disto tudo também deve ser meta nossa.

FONTES ORAIS – ENTREVISTAS

Nome: Ildo Arantes Coimbra
Estado Civil: casado
Profissão: radialista
Endereço: Rua vinte e dois, Campina Verde-MG
Entrevista Gravada

Nome:
Estado Civil: Gerúzia Maria Guimarães do Prado
Profissão: do lar, proprietária de casa no Bairro Jovina de Oliveira por compra
Endereço: Rua Seis Irmãos – Campina Verde-MG
Entrevista Gravada

Nome: Jerônimo Rodrigues
Estado Civil: viúvo
Profissão: aposentado
Endereço: Avenida Santo Antonio – Monte Alegre de Minas-MG
Entrevista Gravada

Nome: Célia Marques
Estado Civil: casada
Profissão: jornalista
Endereço: Av. 03 – Campina Verde-MG
Entrevista não Gravada

Nome: Wildes Vicente Guimarães do Prado
Estado Civil: casado
Profissão: lavrador
Endereço: Av. Fradique Gurita – Campina Verde-MG
Entrevista não Gravada

FONTES ESCRITAS

DOCUMENTOS ELABORADOS PELOS TRABALHADORES E PELA COHAB

Carta Ofício elaborada pela COHAB (Companhia de Habitação), apresentada ao Sr. Ildo Arantes Coimbra, um dos líderes do Movimento Sem-Teto na cidade de Campina Verde/MG, conforme numeração 080/98

Carta Ofício elaborada pela Associação de Moradores do Bairro Jovina de Oliveira remetida à Câmara Municipal de Campina Verde, no dia 06/08/2001, como protesto pela falta de ligação de água e esgoto.

Carta Ofício enviada à Prefeitura Municipal de Campina Verde, em 26 de agosto de 1998 e protocolada em 03/09/2009 pedindo a instalação de padrões de energia.

Carta Ofício enviada ao Sr. Dr. Guilherme Ribeiro de Souza – Prefeito Municipal – na data de 06/11/1999 pedindo locomoção para as crianças do bairro irem estudar.

Ficha Cadastral, adotada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto para obtenção de um lote.

Panfleto divulgado pela Associação de Moradores do Bairro Jovina de Oliveira alertando sobre a cobrança abusiva da Taxa de Iluminação Pública, e quanto a Liminar estabelecida pelo Promotoria de Justiça de Campina Verde, dando baixa a esta taxa.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Editora Saraiva, 1995.

Ata de fundação e constituição do movimento dos trabalhadores sem teto em Campina Verde/MG, lavrada em 06 de abril de 1998 pelo Cartório do 1º Ofício de Notas

LEI MUNICIPAL Nº 1.444, de 08 de janeiro de 2002, art. 1º.

Registro de pessoas jurídicas, registrado no cartório de Registros Públicos da Cidade de Campina Verde, pela Sra. Gilma Teixeira Machado, nas fls. 194 do livro A-01 de 08 de agosto de 2002.

COMPROMISSO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL URBANO, lavrado no Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Campina Verde em 04/10/2007

SITES PESQUISADOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Disponível em: <<www.ibge.gov.br>>

História de Campina Verde on line – Disponível em: <<www.campinaverde.net.com.br>>

Jornal on line – Disponível em: << www.globo.com.br>>
<<www.terra.com.br>>
<<www.google.com>>

JORNAIS PESQUISADOS

Jornal Pontal – Ano VII, nº 370 – 1997

Jornal Pontal - Ano VIII, nº 388 - 1998

Jornal Pontal – Ano VIII, nº - 394 - 1998

Jornal Pontal – Ano VIII, nº - 398 - 1998

Jornal Pontal – Ano IX, nº 460 – 1999.

Jornal Pontal – Ano X, nº 493 – 2000

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Antônio de. **Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980**. Tese de doutorado em História social apresentada a FFLCH/USP. São Paulo, 1996.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 224.

BLOCH, Janaína Aliano. **O direito à moradia, um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações. Europa-América, 1974.

BORGES, Benedito Antônio Miranda Tiradentes. **Campina Verde, história e genealogia**, 1º ed. Araguari-MG: Minas Editora, 1994.

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Trad. Heloísa Jochims Reichel e Marcelo Fernando Da Costa. São Paulo: EDUS.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História (Ensaios)**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. P. 225.

LE GOFF, Jacques. **A visão dos outros: um medievista diante do presente**. In: questões para história do presente. Agnes Chauveau Philippe Tetat (organizadores) – Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 100.

_____. **Documento/ Monumento.** In: LE GOFF, Jacques e outros. *Memória-História*. Porto: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1985, Enciclopédia Einaudi, p. 95-106.

_____. Prefácio. In: BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da História, ou , O Ofício do Historiador.** Tradução de André Telle. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira de Lília Moritz Shwarcz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2001, p. 25.

MARSHALL, Theodor H. **Cidadania, classe social e status.** Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MONTEIRO, Lucas de Sales. **Vivências e expectativas no bairro Luizote de Freitas: sonhos, experiências e relações sociais de seus moradores (1980-1985).** Projeto de pesquisa. Universidade Federal de Uberlândia – 2003.

MUNIZ, Antônio Severino. **De Campo Belo a Campina Verde.** Uberlândia: Vitória, 2008, p. 252.

PAOLI, Maria Célia. **Memória, História e cidadania: o direito ao passado.** In: Prefeitura do município de São Paulo / Secretaria municipal de Cultura / Departamento do Patrimônio histórico. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e cidadania.* São Paulo, Secretária Municipal de Cultura/ Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente.** *Revista Projeto História*, São Paulo, Programa de Estudo Pós-Graduados em História e Departamento de História da PUC – SP, números 14, fev.1997

SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral.** *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, número 19, st. 1989/fev. 1990.
SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão.* São Paulo: Nobel, 1987

THOMPSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias.** In: *REVISTA Projeto História*. PUC/ São Paulo, 1981. N. 15 (Ética e História Oral).

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Vol. I. Trad. Denise Bottamann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, Haroldo da Gama. **Segregação Residencial e Políticas Públicas.** São Paulo: Publicações. *Revista brasileira de ciências sociais*, 2003

TOURAINÉ, Alan. **Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependents.** In: Albuquerque, J. A. G. (org.) *Classe médias e políticas do Brasil.* Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.

VIEIRA, Maria do Pilar A., Et al. **A pesquisa em História.** São Paulo: Ática, 1989.